

Reuniões Regionais Preparatórias

Memória da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

Presidente

Evando Mirra de Paula e Silva

Diretores

Lúcia Carvalho Pinto de Melo

Marcio de Miranda Santos

Marisa Barbar Cassim

Roberto Vermulm

MEMÓRIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Coordenação

Cylon Gonçalves da Silva

Lúcia Carvalho Pinto de Melo

Tatiana de Carvalho Pires

Supervisão

Antonio José Junqueira Botelho

Antônio Márcio Buainain

Equipe de relatores e redatores

Denise Dalescio Sá Teles, Flávia Maia Jesini, Henriqueta Lacourt Borba,

Leonardo Genofre, Maria Elisa Totoli, Nathália Kneipp Sena, Suely Martins da Silva

Colaboradores

Hulda Giesbrecht (Abipti), Maria Izabel da Costa Fonseca (CGEE),

Marilda Nascimento (ABC), Simone Scholze (MCT), Tânia Mendes (MCT)

REVISTA PARCERIAS ESTRATÉGICAS - EDIÇÃO ESPECIAL

Editora

Tatiana de Carvalho Pires

Editora assistente

Nathália Kneipp Sena

Arte e diagramação

Eugênia Dé Carli de Almeida

Colaboradores

Flávia Maia Jesini, Janice Jenné, Rainaldo Amancio e Silva

Capa e projeto gráfico

Anderson Moraes

REVISTA PARCERIAS ESTRATÉGICAS
EDIÇÃO ESPECIAL - VOLUME 3 - JUNHO 2002
PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

Memória da Conferência Nacional
de Ciência, Tecnologia e Inovação
Reuniões Regionais Preparatórias

Brasília, 18 a 21 de setembro de 2001

REVISTA PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Endereço para correspondência:

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE
SCN Quadra 2 Bloco A Edifício Corporate Financial Center salas 1002/1003
Tel: (0xx61) 424-9600 / 411-5112 Fax: (0xx61) 424-9671
e-mail: editoria@cgee.org.br
URL: <http://www.cgee.org.br>

Parcerias Estratégicas / Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Gestão e Estudos
Estratégicos, Academia Brasileira de Ciências. — Ed. especial. — v. 3, n. 14
(junho 2002) — Brasília : MCT; CGEE; ABC, 2002 -

4 v. ; 25 cm.

Trimestral.

Ed. especial da Memória da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e
Inovação: memória.
ISSN 1413-9375

1. Política e governo - Brasil. 2. Inovação tecnológica. I. Ministério da
Ciência e Tecnologia. II. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. III.
Academia Brasileira de Ciências.

CDU 323:5/6(81)(05)

Todos os direitos reservados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Os textos desta publicação poderão ser reproduzidos, armazenados e transmitidos desde que não sejam usados para fins comerciais.

Reuniões Regionais Preparatórias

Memória da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

Brasília, 18 a 21 de setembro de 2001

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

Presidente

Evando Mirra de Paula e Silva

Diretores

Lúcia Carvalho Pinto de Melo

Marcio de Miranda Santos

Marisa Barbar Cassim

Roberto Vermulm

**MEMÓRIA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

Coordenação

Cylon Gonçalves da Silva

Lúcia Carvalho Pinto de Melo

Tatiana de Carvalho Pires

Supervisão

Antonio José Junqueira Botelho

Antônio Márcio Buainain

Equipe de relatores e redatores

Denise Dalescio Sá Teles, Flávia Maia Jesini, Henriqueta Lacourt Borba,
Leonardo Genofre, Maria Elisa Totoli, Nathália Kneipp Sena, Suely Martins da Silva

Colaboradores

Hulda Giesbrecht (Abipti), Maria Izabel da Costa Fonseca (CGEE),
Marilda Nascimento (ABC), Simone Scholze (MCT), Tânia Mendes (MCT)

REVISTA PARCERIAS ESTRATÉGICAS

EDIÇÃO ESPECIAL

Editora

Tatiana de Carvalho Pires

Editora assistente

Nathália Kneipp Sena

Arte e diagramação

Eugênia Dé Carli de Almeida

Colaboradores

Flávia Maia Jesini, Janice Jenné, Rainaldo Amancio e Silva

Capa e projeto gráfico

Anderson Moraes

REVISTA PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Endereço para correspondência:

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE

SCN Quadra 2 Bloco A Edifício Corporate Financial Center salas 1002/1003

Tel: (0xx61) 424-9600 / 411-5112 Fax: (0xx61) 424-9671

e-mail: editoria@cgee.org.br

URL: <http://www.cgee.org.br>

Parcerias estratégicas / Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Academia Brasileira de Ciências. — Ed. especial. — v. 3, n. 14 (junho 2002) — Brasília : MCT; CGEE; ABC, 2002 -

4 v. ; 25 cm.

Trimestral.

Ed. especial da Memória da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação: memória.

ISSN 1413-9375

1. Política e governo - Brasil. 2. Inovação tecnológica. I. Ministério da Ciência e Tecnologia. II. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. III. Academia Brasileira de Ciências.

CDU 323:5/6(81)(05)

Todos os direitos reservados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Os textos desta publicação poderão ser reproduzidos, armazenados e transmitidos desde que não sejam usados para fins comerciais.

**CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
BRASÍLIA, 18 A 21 DE SETEMBRO DE 2001**

Ministro da Ciência e Tecnologia

Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg

Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia

Carlos Américo Pacheco

Presidente da Academia Brasileira de Ciências

Eduardo Moacyr Krieger

Coordenação Geral da Conferência Nacional de CT&I

Cylon Gonçalves da Silva

Lúcia Carvalho Pinto de Melo

Comitê de Programa

Carlos Henrique de Brito Cruz (Fapesp)

Celso Pinto de Melo (CNPq)

Elisa Pereira Reis (UFRJ)

Francisco Mauro Salzano (UFRGS)

Guilherme Emrich (Biobrás)

João Alziro Herz da Jornada (Inmetro)

João Lucas Marques Barbosa (UFCE)

José Márcio Correa Ayres (Mamirauá)

Manoel Barral Neto (UFBA)

Maria José Gazzi Salum (UFMG)

Maurício Antônio Lopes (Embrapa)

Paulo Arruda (Unicamp)

Pedro Wongtschowski (Oxiteno)

Renato Janine Ribeiro (USP)

Sérgio Machado Rezende (UFPE)

Waldimir Pirró e Longo (MCT)

Comitê Executivo

Ione Egler (COORDENADORA)

Alfredo Henrique Costa Filho

Antônio Márcio Buainain

Betty S. Abramowitz

Guilherme Euclides Brandão

Hulda Giesbrecht

Irma Rosseto Passoni

Leonor Moreira Câmara

Paulo de Goés Filho

Paulo César Gonçalves Egler

Reinaldo Dias Ferraz

Tatiana de Carvalho Pires

Colaboradores do Comitê Executivo

Adhara Cruz Soares Pinto
Alessandra Beatriz Rodrigues de Castro
Anderson Moraes
Antonio José Junqueira Botelho
Carlos Henrique Cardim
Célia Maria Queiroga Maciel
Érica Batista Vargas
Fábio Celso Guimarães
Fernando Luz de Azevedo
Flávia Maia Jesini
Henriqueta Lacourt Borba
Hulda Oliveira Giesbrecht
Isabel Tavares
Lélio Fellows Filho
Leonardo Genofre
Liney Toledo Soares
Lúcia Helena Neves
Maria das Graças Ibanez
Maria Izabel da Costa Fonseca
Maria Laura da Rocha
Mônica Geovanini da Silva
Raimundo Tadeu Correa
Ricardo Pedreira
Roberto Medeiros
Rosângela Santiago Braga
Ruy de Quadros Carvalho
Sandra Hollanda
Simone H. Cossetin Scholze
Sinésio Pires Ferreira
Taísa Guimarães
Tania Mendes
Tomás Bruginski de Paula

Equipe de relatoria

Ana Maria Pereira
Ana Priscila Almeida
Arlete H. Moraes
C. Stephannie Wilberg
Carlos Lombardi
Carlos S. Amorim Jº
Cristina M. M. Reis
Dalci M. dos Santos
Denise Sá T. Couto
Dulcinéia D. G. Galvão
Elaine Maia
Eliana C. Azambuja
Francisco Mariano R. S. Lima
Fernando Kneese

Gabriela Teixeira
Giovana Bottura
Joel Weisz
José G. Aucélio
Leonor Câmara
Liliana V. de Salvo Sousa
Luciana L. Capanema
Lucilene Velo
Ludmila Brito Ribeiro
Luis Blank
Maria Aparecida H. Cagnin
Maria Cláudia M. Diogo
Maria Elisa N. Tótolli
Maria Izabel C. Tavares
Maria Sylvia Derenusson
Maria Luiza B. Alves
Martins da Silva
Nathália Kneipp Sena
Patrícia Morgantti
Renato Silva Dantas
Ricardo Sales
Silvana A. F. Medeiros

**Workshops: Diretrizes Estratégicas para Ciência, Tecnologia e Inovação - DECTI
Brasília, novembro/dezembro 2000 - janeiro/fevereiro 2001**

Ronaldo Mota Sardenberg, Ministro da Ciência e Tecnologia
Abílio Afonso Baeta Neves (Capes)
Alberto Duque Portugal (Embrapa)
Alcir Monticelli (Unicamp)
Alice Rangel de Paiva Abreu (CNPq)
Ana Lúcia Gazzola (UFMG)
Antônio Sérgio Pizarro Fragomeni (MCT)
Armando Mariante Carvalho (Inmetro)
Armando Mendes (UFPA)
Carlos Alberto Eiras Garcia (FURG)
Carlos Américo Pacheco (MCT)
Carlos Gastaldoni (BNDES)
Carlos Henrique Cardim (MRE)
Carlos Henrique de Brito Cruz (Unicamp)
Carlos Sérgio Asinelli (IEL/CNI)
Carlos Vogt (Unicamp)
Celso Pinto (Jornal Valor)
Cláudio Cavalcante Ribeiro (C&T/PA)
Edson Vaz Musa (EVM)
Eduardo Moacyr Krieger (ABC/Incor)
Elisa Pereira Reis (UFRJ)
Elói Souza Garcia (Fiocruz)
Eric Jan Roorda (Procomp)
Esper Abrão Cavalheiro (MCT)

Evando Mirra de Paula e Silva (CNPq)
Fábio Veras (Fiemg)
Fernando Neri (Módulo)
Francisco Ariosto Holanda (Secitece)
Francisco César Sá Barreto (UFMG)
Francisco Landi (Fapesp)
Guilherme Emrich (Biobrás)
Helio Guedes de Campos Barros (MCT)
Herman Wever (Siemens)
Isaías de Carvalho Macedo (Copersucar)
João Alziro Hertz da Jornada (Inmetro)
João Carlos Ferraz (UFRJ)
João Evangelista Steiner (MCT)
José Antônio Pimenta Bueno (NEP)
José Augusto Coelho Fernandes (CNI)
José Ellis Ripper Filho (Asga)
José Galizia Tundisi (IIE)
José Seixas Lourenço (MCT)
Kurt Politzer (Abiquim)
Ladislau Cid (Embraer)
Lauro T. G. Fortes (AEB)
Leopoldo de Meis (UFRJ)
Luiz Bevilacqua (LNCC)
Luiz Hildebrando Pereira da Silva (Cepem)
Lynaldo Cavalcanti (Abipti)
Manoel Abílio de Queiroz (Embrapa)
Manoel Barral Netto (UFBA)
Marcelo Coelho (Folha de S. Paulo)
Marco Antônio Raupp (LNCC)
Marisa Barbar Cassim (MCT)
Mauricio Mendonça (MCT)
Mauro Marcondes Rodrigues (Finep)
Mauro Miaguti (Fiesp)
Múcio Roberto Dias (AEB)
Murilo Flores (Embrapa)
Nassim Gabriel Mehedff (MT/SPPG)
Nelson Brasil (Abifina)
Orestes Marracini Gonçalves (USP)
Paulo Arruda (Unicamp)
Paulo Haddad (PHORUM)
Pedro Carajilescov (UNF/ANE)
Pedro Wongtschowski (Oxitenó)
Plínio Assmann (IPT)
Ramiro Wahrhaftig (C&T/PR)
Renato Janine Ribeiro (USP)
Roberto Freire (Senado Federal)
Roberto Sbragia (Anpei)
Ruy Coutinho do Nascimento (BNDES)
Ruy de Araújo Caldas (Embrapa)

Sandoval Carneiro (Coppe/UFRJ)
Sérgio Danilo J. Pena (UFMG)
Sérgio Machado Rezende (UFPE)
Stefan Bogdan Salej (Fiemg)
Vanda Regina T. Scarterzini (MCT)
Waldimir Pirró e Longo (ON/MCT)

Reuniões Regionais Preparatórias

COORDENAÇÃO

Hulda Giesbrecht (Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica - Abipti)
Leonor Moreira Câmara (Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT)

COMITÊS REGIONAIS

Sérgio Duarte de Castro (Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás)
Ednaldo Fonseca Sarmento (Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado de Alagoas)
Cláudio Cavalcanti Ribeiro (Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará)
Pedricto Rocha Filho (Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro)
Marcílio César de Andrade (Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais)
Paulo de Tarso Mendes Luna (Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina)
Carlos Henrique de Brito Cruz (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo)

Livro Verde da Ciência, Tecnologia e Inovação

COORDENAÇÃO

Cylon Gonçalves da Silva
Lúcia Carvalho Pinto de Melo

GRUPO DE CONCEPÇÃO E REDAÇÃO

Antônio José Junqueira Botelho (PUC-Rio)
Antônio Márcio Buainain (Unicamp)
Ruy Quadros de Carvalho (Unicamp)
Sérgio Salles Filho (Unicamp)

PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Junho/2002 • Edição Especial • Volume 3 • Reuniões Regionais Preparatórias
Memória da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

Sumário

APRESENTAÇÕES

Ministro da Ciência e Tecnologia	
<i>Ronaldo Mota Sardenberg</i>	3
Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica	
<i>Angela Uller</i>	5
Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Ciência e Tecnologia	
<i>Cláudio Marinho</i>	7

REUNIÕES REGIONAIS

Centro-Oeste	11
Nordeste	25
Norte	35
Sudeste (Rio e Minas)	41
Sudeste (São Paulo)	49
Sul	61
Comitês Organizadores nos Estados	69

Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
Reuniões Regionais Preparatórias

MINISTRO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
RONALDO MOTA SARDENBERG

AS REUNIÕES REGIONAIS PREPARATÓRIAS da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação representaram uma das principais bases do Projeto Diretrizes Estratégicas para Ciência, Tecnologia e Inovação no Horizonte de 10 Anos (Projeto Decti), implementado desde o ano passado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

O processo de formulação de Diretrizes Estratégicas busca estabelecer o papel da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) frente às questões suscitadas pelas transformações econômicas e sociais do mundo contemporâneo e aos desafios que se colocam para o futuro, em particular a plena inserção da CT&I na agenda política e econômica brasileira, a otimização do esforço nacional nesse campo e o fortalecimento da posição do País na ordem internacional emergente.

Além das Reuniões Regionais, o Projeto Decti teve ainda como bases a ampla consulta à sociedade; a publicação do Livro Verde da CT&I; e a própria Conferência Nacional.

Com o objetivo discutir experiências locais e colher sugestões para a grande discussão durante a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, as Reuniões Regionais foram realizadas simultaneamente, nos dias 16 e 17 de agosto de 2001, em seis capitais do País: Belém/PA (representantes dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins); Florianópolis/SC (representantes dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina); Goiânia/GO (representantes dos estados do Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul); Maceió/AL (representantes dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe); Rio de Janeiro/RJ (representantes dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro); São Paulo/SP (representantes do estado de São Paulo).

As Reuniões Regionais tiveram grande êxito e representaram uma forma de fortalecer as parcerias do governo federal, por meio do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), com os diversos setores da sociedade e de coletar experiências e sugestões estaduais.

Os debates, a respeito de cinco temas articuladores da Conferência Nacional – Avanço do Conhecimento, Qualidade de Vida, Desenvolvimento Econômico, Desafios Estratégicos e Desafios Institucionais –, basearam-

se na diversidade de ambientes regionais e culturais que caracteriza o País, com o propósito de levantar proposições a serem incorporadas nas discussões da Conferência Nacional. Buscou-se, assim, facilitar a discussão de diretrizes que respeitem, incorporem e explorem melhor as potencialidades locais.

As Reuniões Regionais contaram com a participação de representantes de entidades dos segmentos público e privado e da sociedade civil, a saber: institutos de pesquisa; universidades; fundações de amparo à pesquisa dos estados (FAPs); secretarias estaduais de C&T, de planejamento, de agricultura, de meio ambiente e de desenvolvimento; fundações privadas; empresas; sociedades e associações científicas e tecnológicas; entidades de classe nacionais e regionais entre outras.

O Comitê de Programa da Conferência Nacional abriu chamadas para a submissão de propostas de painéis, os quais foram selecionados para apresentação durante as Reuniões Regionais, com base em proposições concretas e exeqüíveis sobre programas, projetos ou diretrizes em C&T relevantes para as necessidades do País na próxima década ou relatos de experiências que tenham impacto sobre a pesquisa, desenvolvimento e inovação no Brasil.

Os subsídios gerados nessas reuniões inserem a questão regional no debate da política nacional de C&T. O resultado dos debates e o resumo das exposições foram encaminhados ao Comitê de Programa da Conferência Nacional. Realizaram-se, ainda, painéis para exposição de propostas, idéias, instrumentos e relatos de experiências de gestão, formulação e implementação de políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação.

No presente documento, apresenta-se uma síntese das conclusões e proposições oriundas das apresentações e debates realizados durante as Reuniões Regionais, com o propósito de subsidiar as discussões durante a Conferência Nacional.

Todas essas iniciativas integram um esforço mais amplo, realizado pelo MCT, no sentido de incentivar e promover a desconcentração das atividades de C&T no País. Desse processo também faz parte o permanente diálogo que o MCT construiu e mantém com os parceiros regionais – governos, setor empresarial, comunidade acadêmica –, em especial por meio do Fórum Nacional dos Secretários para Assuntos de C&T e das FAPs.

Cooperar, articular e desenvolver parcerias têm sido as vertentes essenciais da política nacional de Ciência e Tecnologia. Procuramos e, por que não dizer, estamos conseguindo **desenvolver o ambiente institucional para valorizar e conferir visibilidade à Ciência e Tecnologia**, mediante a integração da sociedade nesse verdadeiro esforço nacional. Os resultados já começam a despontar e nos alentam para novos passos.

*Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
Reuniões Regionais Preparatórias*

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS
INSTITUIÇÕES DE PESQUISA TECNOLÓGICA,
ANGELA ULLER

A Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti), atuando há 21 anos como representante dos interesses das entidades que atuam na área tecnológica, reúne atualmente em seu quadro de associados 102 entidades sediadas em 24 Estados da Federação, incluindo institutos de pesquisa científica e tecnológica, fundações de amparo à pesquisa, secretarias estaduais de C&T, fundações universitárias, laboratórios, centros de tecnologia do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), entre outras.

Em março de 2001, o Fórum Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência e Tecnologia designou a Abipti como sua secretaria executiva, com a missão de realizar o acompanhamento operacional das questões de C&T de interesse dos Estados, especialmente junto ao Congresso Nacional e ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

A Abipti vem desenvolvendo, desde abril de 2000, por demanda do MCT, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o Projeto Informação e Comunicação para os Sistemas Estaduais de C&T que, por intermédio dos produtos “Gestão C&T”, vem contribuindo para ampliar os entendimentos entre as instâncias federais de políticas públicas para C&T e as entidades estaduais/locais.

A Abipti participa também do Projeto Plataformas Tecnológicas para a Amazônia Legal, desenvolvido pelo MCT, por meio de suas agências, a Finep e o CNPq, em parceria com o Banco da Amazônia (Basa), que tem como objetivo geral promover o suporte tecnológico com vistas a aumentar a competitividade e a sustentabilidade econômica e social dos setores econômicos priorizados na região, por intermédio do apoio à organização de plataformas e a elaboração de projetos cooperativos.

Essas iniciativas demonstram o propósito e a determinação da Abipti em valorizar a estratégia de promover o desenvolvimento tecnológico nacional a partir do entendimento da lógica regional/local. Segundo Haddad¹, “as economias regionais não são simplesmente versões em escala menor das eco-

¹ Haddad, Paulo R. Clusters e Desenvolvimento Regional no Brasil. Cluster – Revista Brasileira de Competitividade. Belo Horizonte: Instituto Metas. 1 (2). Ago/Nov. 2001.

nomias nacionais. Elas apresentam especificidades que exigem teorias próprias para explicar o seu processo de desenvolvimento”.

No entendimento da Abipti, a consolidação de um Sistema Nacional de Inovação a partir da integração e do fortalecimento dos Sistemas Estaduais/Locais de Inovação é uma estratégia consistente, considerando a necessidade de potencializar os recursos federais para o setor e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade, reduzindo desequilíbrios regionais.

Nesse sentido, reforçando a sua diretriz estratégica de tornar operacional a agenda estratégica de Ciência, Tecnologia e Inovação dos Estados e Municípios, em consonância com as prioridades nacionais do setor, a Abipti, por meio da mobilização de suas entidades associadas, e atuando como secretaria executiva do Fórum dos Secretários, teve o privilégio de apoiar o MCT na organização das Reuniões Regionais preparatórias da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Para operacionalizar essa missão, foram formados Comitês Regionais com a participação de representantes dos Estados, do Comitê de Programa da Conferência Nacional, do Fórum Nacional de Secretários de Estado para Assuntos de Ciência e Tecnologia, do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisas e Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras, da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e da Comissão Executiva do Projeto Diretrizes Estratégias para Ciência, Tecnologia e Inovação no Horizonte de 10 anos (Decti), do MCT.

Esse trabalho representou uma relevante oportunidade para a Abipti, no sentido de fortalecer sua conectividade com as entidades e lideranças regionais/locais atuantes em Ciência e Tecnologia, em todo o Brasil, e ainda de aumentar o seu conhecimento sobre a dinâmica do setor da pesquisa tecnológica e sua representatividade junto às entidades que o integram.

A Abipti aplaude a iniciativa do MCT de realizar as Reuniões Regionais no âmbito do Projeto Decti, como uma oportunidade para que as necessidades e prioridades regionais e locais em C&T, apresentadas neste documento, possam integrar as discussões da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
Reuniões Regionais Preparatórias

PRESIDENTE DO FÓRUM NACIONAL DE
SECRETÁRIOS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
CLÁUDIO MARINHO*

A realização da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação foi um marco importante nas mudanças recentes da política de C&T do País. Primeiro, porque conseguiu reunir a academia, os governos e os empresários para tratar do tema da Ciência e Tecnologia na perspectiva da inovação, isto é, do uso social dos resultados da pesquisa. Segundo, porque fez isso num momento em que se implementava uma das maiores transformações por que passou o financiamento à pesquisa no Brasil nos últimos tempos, a criação dos Fundos Setoriais. E terceiro, porque buscou discutir o tema em cada uma das grandes regiões brasileiras, trazendo ao encontro final em Brasília o “sabor” regional dos desafios do desenvolvimento científico-tecnológico.

É, portanto, muito oportuno que se reeditem nesta edição especial da revista *Parcerias Estratégicas* os relatos regionais compilados pela Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti) – parceira importante dos Estados e do Ministério da Ciência e Tecnologia na organização das Reuniões Regionais da Conferência Nacional. Percebe-se a diversidade das respostas locais ao desafio de colocar a Ciência e Tecnologia nacionais a serviço do Brasil. Do contraste das proposições emerge um panorama nacional das fragilidades e riquezas que compõem o ambiente atual de formulação de políticas em cada Estado da Federação.

Para as secretarias estaduais de C&T, as Reuniões Regionais da Conferência foram também uma excelente oportunidade para ajuste dos seus programas de ação. Proporcionaram, ainda, um fértil terreno para a articulação de atividades conjuntas entre grupos de pesquisa de amplitude regional. E, para o Governo Federal serviram como campo de teste da ação regional do MCT, iniciativa que ficou claramente identificada nas reuniões estaduais como umas das mais importantes para a distribuição mais equilibrada da capacidade de produção do conhecimento por todo o território nacional.

Não resta dúvida entre as pessoas bem informadas de que o nosso futuro, como economia e sociedade nacionais, depende de uma política nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação consistente e consensual entre

*Cláudio Marinho é também secretário de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco.

governos, academia e empresas. Fica cada vez mais claro, também, que a **desconcentração regional do conhecimento**, que é vital para termos um país mais justo e equilibrado, só pode ser obtida por **um ato explícito de política pública**. Os relatos aqui publicados clamam por essa política, construção coletiva da qual todos se sentem participantes na Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

REUNIÕES REGIONAIS PREPARATÓRIAS

Centro-Oeste

Reunião Regional Centro-Oeste

A PIOR DAS EXCLUSÕES É A DO CONHECIMENTO

As conseqüências do analfabetismo científico e tecnológico no futuro serão mais perversas que o analfabetismo tradicional no passado.

Enquanto algumas regiões do País encontram-se na vanguarda nacional em CT&I, a região Centro-Oeste, em sua maioria, permanece em situação comparável ao início do desenvolvimento científico e tecnológico no Sudeste em meados da década de 70.

ENTIDADES PARTICIPANTES

- Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti)
- Centro de Tecnologia da Software de Brasília (Tecsoft)
- Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea)
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
- Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF)
- Fundação de Apoio à Pesquisa do Mato Grosso (Fapemat)
- Instituto Euvaldo Lodi (Iel/Fieg)
- Secretaria de Agricultura e Abastecimento do DF
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Produção (MDIC)
- Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás (Sectec)
- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal (Sebrae/DF)
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai/GO)
- Sindicato das Indústrias da Informação (Sinfor)
- Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC)
- Universidade Católica de Brasília (UCB)
- Universidade Católica de Goiás (UCG)
- Universidade de Brasília (UnB)
- Universidade Estadual de Goiás (UEG)
- Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat)
- Universidade Federal de Goiás (UFG)
- Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)
- Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

- Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp/MS)
- Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS)
- Fundação de Ensino Superior de Rio Verde (Fesurv)

NO CAMINHO DO FUTURO

CONSIDERAÇÕES

1. A política regional educacional e de CT&I é inadequada e não tem promovido articulações das ações de CT&I na região, notadamente, entre as instituições de ensino superior e as de ensino fundamental, médio e técnico. Como resultado, os currículos de nível médio não condizem com a nova demanda regional, provocando insuficiência na formação de técnicos e tecnólogos.

2. O baixo número de programas de pós-graduação e sua inadequação com as demandas regionais de formação de pesquisadores impede a construção de massa crítica regional para CT&I.

3. Frente à ineficaz política de sustentação do ensino superior, os mecanismos de avaliação têm servido como instrumentos discriminatórios, aprofundando as desigualdades.

4. Falta de cultura de propriedade intelectual.

5. Crescente êxodo de talentos da região, provocado, entre outros motivos, pela insuficiência e inconstância das fontes de fomento à pesquisa.

6. Ineficiência dos mecanismos de difusão dos produtos de CT&I, gerando “analfabetismo tecnológico” em diversos segmentos da sociedade.

PROPOSIÇÕES

1. Implementar programas efetivos de integração nas áreas de Ciência e Tecnologia (instituições de ensino e pesquisa) por meio de diagnósticos regionais disponíveis em ferramentas, como por exemplo, o Prossiga, e seu constante aperfeiçoamento, incrementando a difusão das competências.

2. Promover a revisão dos currículos de Ciências do ensino fundamental e médio, com a reformulação dos programas tradicionais, inserindo a formação humana, social, educação ambiental, novas tecnologias etc, e promover a integração entre as instituições de ensino superior e as de ensino fundamental, médio e técnico.

3. Incentivar a formação e capacitação de recursos humanos de alta qualificação para o desenvolvimento da pesquisa, contemplando uma arti-

culação entre as universidades públicas, privadas e empresas regionais, com especial ênfase para os setores estratégicos da região.

4. Ampliar a oferta e a consolidação de programas de pós-graduação voltados às diversas áreas produtivas da região.

5. Garantir que as ações do Ministério da Educação nas áreas de avaliação, em seus diversos níveis, extrapolem o papel de fiscalização e incorporem a parceria, contribuindo para a superação das desigualdades.

6. Modernizar a estrutura de gestão das universidades federais, garantindo a autonomia universitária como meio para a revitalização das estruturas de pesquisa e pós-graduação.

7. Fomentar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras que contribuam para minimizar a evasão de recursos humanos e a dependência tecnológica.

8. Criar e difundir núcleos e escritórios de propriedade intelectual, de modo a estimular e proteger a geração de novas tecnologias, gestão e transferência da propriedade intelectual.

9. Ampliar os investimentos em CT&I aplicados aos setores da vocação natural da região, com maior investimento nas plataformas tecnológicas de cadeias produtivas incentivadas pelo MCT, com interação universidade/empresa; algumas já instaladas na região Centro-Oeste: couro, madeira, informática, farmacêutica, algodão, agropecuária, contemplando também investimentos para a pesquisa científica de base.

10. Criar mecanismos que garantam a sustentabilidade das ações de pesquisa com fontes estáveis de financiamento para capital e custeio.

11. Promover a difusão científico-tecnológica por meio do estímulo à especialização em jornalismo científico, criação de Museus Interativos de Ciência e Tecnologia e afins, utilização de temas científicos em atividades artístico-culturais, popularizando a CT&I.

12. Investir em tecnologias de informação e ensino a distância, fomentando ações como, por exemplo, a Universidade Virtual do Centro-Oeste (Univir/CO), e o fortalecimento da rede regional de informática.

13. Implementar um programa regional de atração e fixação de doutores, com ampliação dos prazos de bolsa e redefinição do conceito de “recém-doutor”, atendendo às características regionais, aliado a programas de flexibilização de fomento.

14. Criar condições para o aproveitamento e processamento dos recursos naturais da região, fundamentados, principalmente, na formação de recursos humanos competentes para direcionar o desenvolvimento sustentável pela agregação de valor aos produtos primários e trabalhos com fontes alternativas de recursos.

QUALIDADE DE VIDA

CONSIDERAÇÕES

1. Um dos problemas centrais na construção da qualidade de vida é o da gestão e apropriação das tecnologias sociais e das informações, no sentido da produção de dados (pesquisa), das tecnologias disponíveis, dos programas de desenvolvimento social e da formação de quadros capacitados para a gestão de políticas e tecnologias.

2. No campo da Saúde, existem tecnologias que melhoram o acesso à informação e aos serviços, bem como possibilitam a gestão da qualidade de vida. O problema para a região é a inacessibilidade, a não-apropriação por parte dos agentes destas tecnologias.

3. O desenvolvimento econômico não tem garantido a distribuição dos bens e serviços, considerando que o aspecto financeiro não é o único a ser levado em conta face aos desafios de inserção e mudança social. As políticas de desenvolvimento não têm incluído estratégias eficientes de combate imediato à pobreza e à exclusão social. A participação da sociedade nos conselhos gestores de políticas públicas é instável e pouco qualificada.

4. Numa região com vocação natural para a produção agropecuária, é inconcebível a falta de garantia à população de acesso e condições de escolha de alimentos nutritivos e de qualidade. Uma alimentação mais equilibrada contribuirá para melhorar as condições de saúde e elevar a qualidade de vida da população.

5. A séria redução da disponibilidade hídrica, especialmente nos grandes centros urbanos, é conseqüência da degradação da qualidade da água, mau uso dos recursos hídricos nas atividades agrícolas, falta de orientação no manejo dos mananciais, falta de planejamento para a ocupação urbana (ocupação indevida do solo).

6. A contaminação da água com toxinas é muito freqüente e constitui um perigo potencial para a saúde humana, além de provocar perdas na economia agropecuária e turística.

7. Crescimento significativo, embora pouco monitorado, de doenças ocupacionais, sobretudo aquelas associadas à exploração mineral (descumprimento das normas de proteção do trabalhador, exploração inadequada, desconhecimento por parte da população dos riscos etc.) e ao uso descontrolado de agrotóxicos nas lavouras.

8. A região Centro-Oeste possui a segunda maior população indígena do Brasil, que sofre alto índice de discriminação social e atualmente passa por sérios problemas de saúde, sustentabilidade econômica e conflitos culturais. Essa exclusão social tem levado ao desaparecimento de etnias e co-

munidades tradicionais.

9. O rápido crescimento demográfico e a distribuição desigual de renda têm inviabilizado o acesso à moradia para a maioria da população, dificultando ou impossibilitando a construção de residências com condições mínimas de saúde e bem-estar (saneamento básico, energia, pavimentação, escola, posto de saúde e segurança).

PROPOSIÇÕES

1. Traçar o perfil epidemiológico de diferentes doenças ou endemias da região para que se possa estabelecer e otimizar as intervenções em saúde.

2. Incentivar a formação de quadros capacitados em gestão, execução e avaliação de políticas públicas.

3. Manter, por parte do MCT, estruturas permanentes de gestão de conhecimento e qualidade de vida, de “centros de informação e tecnologias sociais”; criação de bancos de dados voltados para difusão de CT&I em qualidade de vida entre responsáveis municipais, estaduais e ONGs das tecnologias sociais.

4. Pesquisar as potencialidades nutricionais de aproveitamento, a baixo custo, dos recursos nativos da região e promover a conscientização sobre “alimentação saudável”.

5. Disponibilizar recursos específicos e prioritários para pesquisas de avaliação de impacto dos conselhos e da participação da sociedade nestes conselhos.

6. Investir em pesquisas para definir perfil e monitorar doenças ocupacionais.

7. Promover o apoio técnico e financeiro aos povos indígenas, objetivando elevar a rentabilidade de suas atividades, manter suas tradições culturais e conservar recursos naturais.

8. Garantir que as novas ocupações sejam feitas de maneira coerente com as normas de zoneamento garantindo, assim, o uso coerente do solo. Nas ocupações já existentes é preciso geri-las de forma a obedecer ao zoneamento.

9. Disponibilizar recursos para pesquisar o desenvolvimento de novos materiais e tecnologias para construção de habitações, com baixo custo, longa durabilidade e mínimo impacto ambiental.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

CONSIDERAÇÕES

1. Falta de política regional de desenvolvimento econômico visando a

integração de problemas e oportunidades da região Centro-Oeste, acarretando isolamento das instituições responsáveis pelo apoio competitivo (universidades, centros de pesquisa, centros de assessoramento às empresas, tais como: Sebrae, Senai, instituições financeiras, agências de desenvolvimento, governos etc) e dispersão de esforços e de recursos entre as várias instituições envolvidas em CT&I.

2. Exagerada ênfase em incentivos fiscais, inclusive sem o devido respaldo de CT&I.

3. Existência de uma guerra fiscal prejudicial a todas as unidades da Federação e pequena atenção às vocações naturais das unidades federativas.

4. Falta de tecnologia apropriada para as micro, pequenas e médias empresas.

PROPOSIÇÕES

1. Implementar um novo modelo de desenvolvimento regional sustentável, que inclua a contribuição da CT&I para a melhoria da competitividade e da qualidade de vida.

2. Tratar a CT&I como uma decisão política e estratégica, que propicie o desenvolvimento sustentável da região Centro-Oeste.

3. Implementar a inclusão social pela via do conhecimento.

4. Desenvolver estudos das cadeias produtivas características da região Centro-Oeste, com vistas à identificação das necessidades de CT&I.

5. Incentivar as ações de Ciência e Tecnologia nas instituições de ensino/pesquisa no interior dos Estados.

6. Criar mecanismos de estímulo à participação da iniciativa privada nos investimentos em CT&I.

7. Adotar uma política fiscal que estimule o desenvolvimento de CT&I no Centro-Oeste.

8. Implantar e modernizar centros de referência de CT&I e centros tecnológicos setoriais (couro, madeira, algodão e outros) nos Estados da região.

9. Incentivar pesquisas de formas alternativas de desenvolvimento da região, tais como, biodiversidade, fixação do produtor no campo, valorização dos produtos naturais e outras.

10. Estimular setores estratégicos para o desenvolvimento regional: tecnologia da informação, agronegócios, biotecnologia, gestão ambiental, turismo, farmoquímico, recursos hídricos, energéticos e minerais.

11. Apoiar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias apropriadas para as micro, pequenas e médias empresas.

12. Estimular os setores de alta tecnologia, incentivando e articulando a relação estratégica universidade-empresa, pela adoção de instrumentos tais

como: incubadoras de empresas, parques tecnológicos, agências de transferência de tecnologia, entre outros.

13. Planejar, implantar e manter uma rede integrada de informações de CT&I, conectada com institutos e centros tecnológicos nos Estados, no Brasil e no mundo.

14. Implantar mecanismos de tratamento da informação de CT&I, em linguagem apropriada, para disponibilizá-la de forma acessível ao usuário.

15. Orientar o investimento dos governos estaduais e municipais para tecnologia da informação de forma a garantir suprimento de serviços públicos com maior eficiência.

16. Estabelecer redes de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico que promovam a convergência das ações interinstitucionais.

17. Incentivar os inventores, dando suporte ao desenvolvimento dos inventos tais como protótipos, lote experimental e *design*, facilitando a obtenção de registros de propriedade intelectual.

18. Criar e consolidar as Fundações de Apoio à Pesquisa (FAPs), no âmbito dos estados da região Centro-Oeste.

19. Garantir e ampliar os recursos destinados à CT&I, prioritários para o desenvolvimento do País.

20. Levantar a capacidade instalada de CT&I do Centro-Oeste com vistas a maximizar o seu aproveitamento, subsidiar as decisões governamentais e facilitar a formação de redes.

21. Criar um Fórum Permanente de Debates e proposição de soluções em CT&I no Centro-Oeste.

DESAFIOS ESTRATÉGICOS

CONSIDERAÇÕES

1. Falta de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento técnico-econômico da região para a agregação de valor às diferentes cadeias produtivas, bem como programas incipientes de incentivo ao empreendedorismo.

2. Ausência de dados hidrológicos e climáticos, com insuficiência de estudos, pesquisas, monitoramento meteorológico, previsão de tempo em meso-escala, além de recursos para ampliação, manutenção e operação da rede climatológica existente.

3. Baixo nível educacional da população em geral – com efeitos predatórios da atividade econômica (agropecuária) ao meio ambiente e baixa qualidade de vida.

4. Atividades de mineração sem o uso de técnicas adequadas e sem industrialização final.

5. Gestão ineficiente, uso, ocupação, processos não conservativos e ausência de diagnósticos em recursos hídricos (superficiais e subterrâneos), agravados pela instalação de pivôs centrais para irrigação que têm propiciado diversos conflitos.

6. Atividade pesqueira predatória no Pantanal, com tendência clara à diminuição das populações atualmente exploradas.

7. Centralização da distribuição da produção agropecuária.

8. Problemas erosionais decorrentes do mau uso do solo, sem a importante adoção de práticas conservacionistas ou de manejo sustentado, desmatamento generalizado e ausência de planos diretores no uso e ocupação do solo.

9. Uso de queimadas nas áreas rurais e urbanas, causando sérios problemas de saúde, destruição do patrimônio biológico e empobrecimento dos solos.

10. Ausência de uma política voltada ao aproveitamento dos recursos naturais com vistas à potencialidade da biodiversidade natural – evasão de patentes.

11. Ausência de uma política voltada ao aproveitamento das potencialidades turísticas, de forma sustentável – fiscalização efetiva, política de saneamento básico e educação ambiental.

12. Sistemas de transmissão e de distribuição insuficientes para atender os montantes de energia elétrica solicitados em qualidade e confiabilidade; ausência de sistemas integrados e alternativos de geração de energia e discussão técnica especializada em energia.

13. Carência de mão-de-obra qualificada – baixa industrialização.

14. Rede de informática insuficiente.

15. Rede de transporte não integrada.

PROPOSTAS

1. Construir estratégias para aumentar a conectividade do sistema de C&T, que levem a sociedade a entender que C&T é um instrumento poderoso para enfrentar os grandes desafios do crescimento econômico, dos problemas sociais, da conservação e recuperação ambiental, das desigualdades regionais, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das populações.

2. Estabelecer a gestão dos recursos hídricos como área estratégica de grande vulnerabilidade e investir em tecnologias para monitoramento de recursos hídricos e de áreas urbanas.

3. Investir em geração de tecnologias de orientação social tais como saúde, educação, segurança, alimentação, bem como na geração de conhecimento, tecnologias e modelos de gestão de recursos escassos.

4. Democratizar as oportunidades de educação e dos benefícios gerados pela C&T, assim como a ampliação da capacidade instalada em tecnologia da informação.

5. Gerar conhecimentos científicos e tecnológicos sobre biomas, cerrado e pantanal, estratégicos para o desenvolvimento sustentável do Centro-Oeste.

6. Eleger focos de investimentos em C&T para ampliar e gerar conhecimentos ou tecnologias portadoras de futuro (nas áreas de geração de conhecimento, informações, logísticas, gestão de recursos naturais, recursos genéticos).

7. Investir em tecnologias que aumentem a eficiência econômica dos recursos naturais e contribuam para o desenvolvimento de produtos diferenciados.

8. Investir em capacitação, fixação e aparelhamento de recursos humanos, bem como na ampliação e consolidação de infra-estrutura adequada à produção de C&T na região.

9. Investir em infra-estrutura de grande porte para análise de materiais para pesquisas multidisciplinares nos Estados do Centro-Oeste.

10. Recuperar áreas degradadas, garantindo o zoneamento econômico/ecológico da região, a execução de projetos de desenvolvimento sustentável, a gestão de resíduos sólidos e a promoção da conscientização ecológica.

11. Promoção de maior interação e sinergia entre MCT e suas ações com: áreas financeiras do governo (Ministério da Fazenda), Ministério da Educação (Instruções de Ensino Superior, Capes, Escola Fundamental), Ministério da Agricultura (Embrapa), Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde etc.

12. Recuperar a infra-estrutura física de salários de universidades e escolas públicas.

13. Decidir politicamente e transformar ou implantar alguns núcleos incipientes nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em centros de excelência, em áreas estratégicas para as regiões, via investimentos, por ações interativas.

14. Captar recursos para C&T por meio de mecanismos compensatórios *off-set*, nos processos de privatização.

15. Buscar maneiras de sensibilizar políticos de todo o País para se evitar cortes no orçamento do MCT e para que os recursos dos Fundos Setoriais sejam efetivamente aplicados para o desenvolvimento em C&T.

DESAFIOS INSTITUCIONAIS

CONSIDERAÇÕES

1. Os Estados do Centro-Oeste possuem, hoje, arcabouço legal e institucional, mas há grande heterogeneidade nas instituições ligadas a fomento e gestão de C&T. Por exemplo, o Estado de Goiás dispõe de uma secretaria estadual de C&T, algumas secretarias municipais e conselho, mas não dispõe de uma FAP. O Distrito Federal e os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul dispõem de FAP e conselho de C&T, mas não de secretarias de Estado específicas para a área.

2. Apesar dos esforços realizados, ainda falta integração entre as instituições ligadas à C&T, à sociedade e aos setores produtivos, embora se verifique a expressiva capacidade instalada em diversas áreas do conhecimento, que determina participação crescente do Centro-Oeste no cenário nacional.

3. A inexistência de um fluxo regular de recursos para as instituições e de uma política clara e firme para a área de Ciência e Tecnologia na região Centro-Oeste vem contribuindo para um quadro de desarticulação e de poucas parcerias estratégicas. Embora os instrumentos legais sejam aparentemente adequados, esses instrumentos ainda não são totalmente cumpridos, particularmente na questão dos repasses de verbas para a C&T.

4. Falta um processo contínuo de avaliação das transformações sociais, econômicas e ambientais da região para que se possa planejar e implantar ações que atendam às demandas de C&T a curto, médio e longo prazo. Da mesma forma, faltam indicadores que permitam aferir o impacto das ações de C&T na sociedade.

5. Observa-se a carência de programas voltados para o fomento de P&D nas áreas de Ciências Humanas, Sociais e nas Artes, bem como para a Pesquisa Básica.

PROPOSIÇÕES

1. Sugere-se, em cada unidade da região Centro-Oeste, um arranjo institucional constituído de: a) um conselho de C&T; b) uma secretaria de C&T; c) uma fundação de apoio à pesquisa.

2. O conselho de C&T deve ter como funções principais aprovar o plano de C&T da unidade federada e avaliar a implantação do mesmo. Este conselho deve ser composto por membros da comunidade científica, do setor produtivo e da sociedade civil.

3. A secretaria de Ciência e Tecnologia deve implantar o plano de C&T, promover a difusão do conhecimento, a articulação e a interlocução

com todos os setores da sociedade e a proteção da propriedade intelectual. Como gestora do sistema, deve ter uma estrutura flexível, organizada em torno de câmaras setoriais.

4. A FAP deve ser dotada de recursos financeiros adequados para fomentar a P&D em consonância com o plano de C&T.

5. Deve ser criado um Fórum Regional Permanente de Ciência e Tecnologia para o Centro-Oeste, para ampla discussão de temas relativos à C&T, constituído de representantes da comunidade científica, do setor produtivo e da sociedade civil. Este Fórum deve ser articulado com os fóruns já existentes que tratam de temas correlatos.

6. As instituições federais de C&T devem implantar uma política de incentivo para a elaboração de acordos, bilaterais ou multilaterais, entre instituições de C&T do Centro-Oeste, formando redes e otimizando recursos por intermédio da complementaridade.

7. De modo similar, as instituições de C&T dos Estados devem contribuir para a formação de redes e otimização de recursos em nível local e regional.

8. Aproveitando os esforços do Prossiga e outros projetos similares, caracterizar a capacidade instalada de C&T no Centro-Oeste, identificando instituições, laboratórios, cursos de pós-graduação, recursos humanos, acordos de cooperação técnica.

9. De modo complementar, caracterizar as instituições públicas e privadas, a fim de atender as demandas decorrentes das transformações sociais, econômicas e ambientais da região.

10. Avançar na política de formação de recursos humanos na região Centro-Oeste, nas áreas estratégicas, priorizando o fortalecimento dos cursos de pós-graduação existentes e implantando novos cursos, particularmente os de doutorado, utilizando a sistemática de consórcios institucionais.

11. Estabelecer uma política mais ousada de fixação de recursos humanos na região Centro-Oeste, priorizando salários e benefícios, financiamento, infra-estrutura e ambiente de pesquisa.

12. Manter e ampliar o Programa Centro-Oeste de Pesquisas e Pós-Graduação, com fluxo permanente de repasses financeiros, aumentando o número de bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado e produtividade.

13. Implantar parques de alta tecnologia, baseados nos estudos das plataformas tecnológicas e arranjos produtivos da região Centro-Oeste.

14. Estabelecer mecanismos para incentivar a criação de centros de pesquisa e desenvolvimento em empresas de tecnologia de ponta e, no caso dos já existentes, promover o fortalecimento, priorizando as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

15. Incentivar a P&D nos setores de alta tecnologia por meio de incentivos creditícios e fiscais.

16. Implantar um amplo programa de educação científica e tecnológica destinado à sensibilização da população, adequação dos currículos escolares na educação básica e formação de recursos humanos para divulgação científica nos meios de comunicação.

17. Os governos estaduais e municipais do Centro-Oeste devem utilizar amplamente a internet para a prestação de serviços públicos mais eficientes e com transparência.

18. A administração pública, incluindo as instituições de pesquisa, devem adotar prioritariamente os softwares livres para economizar recursos e permitir o desenvolvimento nacional e local no setor de informática

19. Ações Imediatas:

- repassar permanente e progressivamente as verbas estaduais destinadas à C&T;
- manter e ampliar os Fundos Setoriais e aplicar os recursos nos fins que justificaram sua criação, sem confisco;
- definir uma parcela do Fundo Verde-Amarelo para projetos estratégicos de desenvolvimento regional;
- incluir a região Centro-Oeste no Fundo do Petróleo, com a mesma cota estabelecida para as regiões Norte e Nordeste;
- ampliar o número de bolsas do MEC/Capes e MCT/CNPq destinadas à formação de recursos humanos;
- reimplantar o Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT);
- lançar o Edital nº 2 do Programa Centro-Oeste de Pesquisa e Pós-Graduação do CNPq.

REUNIÕES REGIONAIS PREPARATÓRIAS

Nordeste

Reunião Regional Nordeste

INTRODUÇÃO

A Reunião Regional do Nordeste foi realizada em Maceió e contou com a participação de representantes das comunidades científica e tecnológica dos Estados da Bahia, Aracaju, Pernambuco, Alagoas, Ceará, Maranhão, Piauí, Espírito Santo e Paraíba. Na ocasião, entraram em pauta discussões relativas aos grandes temas que norteiam a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e, como resultado, as recomendações finais dos grupos técnicos.

NO CAMINHO DO FUTURO

- Fixar doutores na região com uma cota de vaga específica para o Nordeste;
- melhorar as instalações laboratoriais;
- apoio a P&D na região, mediante o financiamento de ações institucionais, estimular a migração de doutores, apoiar as atividades dos grupos de pesquisa envolvidos na capacitação, e conceder 3.000 novas bolsas de pós-graduação;
- reforçar a pós-graduação, especialmente os cursos de doutorado, adotando formas não convencionais e estimulando as redes de pós-graduação, como aconteceu com o Programa de Biotecnologia do Nordeste (Pronorbio), iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia, que encerrou suas atividades e precisa ser recuperado;
- aprimorar as tecnologias de educação a distância para disseminar às localidades mais afastadas e sem acesso às instituições de ensino o conhecimento disponível;
- estimular a formação de recursos humanos qualificados;
- implementar uma política de capacitação mais contextualizada;
- integrar as políticas existentes;
- definir uma política educacional;
- implementar uma rede de capacitação de recursos humanos (a exemplo do Programa Nordeste de Pesquisa e Pós-Graduação);
- implementar ações de formação científica continuada;
- melhorar a infra-estrutura de pesquisa nas universidades e nos institutos de pesquisa;

- implementar na região uma política de investimentos na infra-estrutura de recursos humanos laboratoriais, a exemplo do que foi feito no passado com os atuais Centros de Excelência, visando a desconcentração do conhecimento;
- reforçar grupos regionais emergentes, a partir da ação indutora do MCT e da negociação com os governos estaduais, priorizando projetos com contrapartidas locais que poderão ser efetivadas por intermédio das entidades estaduais de amparo à pesquisa;
- ajustar os editais de apoio à pesquisa aos propósitos da desconcentração do conhecimento, evitando que se cristalizem os desequilíbrios regionais.

QUALIDADE DE VIDA

- Incentivar a área de eletroquímica como recurso aplicado à solução de problemas ambientais;
- implementar pesquisas e programas – projetos para dessalinização da água – como forma de contribuir para a redução da migração rural/urbana;
- desenvolver pesquisas sobre as conseqüências do uso de água salobra na saúde da população nordestina (por exemplo, problemas renais);
- manter ou gerar empregos para obter a melhoria do desenvolvimento econômico e da qualidade de vida;
- atribuir maior importância ao tema desenvolvimento tecnológico para a melhoria do desenvolvimento humano no Brasil;
- investir em desenvolvimento tecnológico para a diminuição das desigualdades regionais e intra-regionais do Nordeste, para aumento do desenvolvimento humano;
- implementar um Programa de Capacitação Tecnológica da População que deverá englobar o tripé ensino, pesquisa e extensão (modelo existente nas universidades), mas com ênfase nas atividades de extensão como forma de geração de emprego e renda;
- adotar como modelo os “Indicadores de Competitividade Global”, criados por Jeffrey Sachs, para medir de maneira correta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Nordeste;
- partir do pressuposto de que somos “seguidores dinâmicos de tecnologia” e aproveitar a criatividade que temos para produzir inovações tecnológicas;
- promover uma ação política capaz de viabilizar o Programa Nacional de Capacitação Tecnológica da População, em estreito diálogo com os Estados;
- estimular técnicas de produção mais limpas.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- Apoiar as redes de tecnologia para intermediação da demanda e oferta de tecnologia;
- identificar os problemas e as soluções dos clientes (empresas) de modo a promover soluções a partir de desenvolvimento tecnológico;
- promover o desenvolvimento de cadeias produtivas;
- identificar os gargalos existentes, de modo a propor estratégias de atuação concretas;
- reforçar os arranjos produtivos inovadores de modo a melhorar o quadro já promissor da região Nordeste;
- adotar para esses arranjos produtivos o modelo proposto pelo MCT, acoplado a um sério diagnóstico das potencialidades dos Estados;
- identificar as especializações produtivas, que são o foco do mercado aberto, para identificar os setores em que há maior competitividade;
- criar programas de sustentabilidade para os municípios para possibilitar a implementação de inovações, criando cadeias produtivas que aumentarão a competitividade dos empresários;
- elaborar modelos analíticos que possam propor soluções para as desigualdades intra-regionais existentes no Nordeste;
- assegurar recursos adicionais para os projetos decorrentes de arranjos produtivos que se conformam como cadeias regionais importantes para o desenvolvimento sócio-econômico do Nordeste (caju, camarão, tilápia, ovinocaprinocultura e apicultura), independente das definições de prioridades dos Estados;
- estimular os trabalhos comunitários, como por exemplo, aqueles de agricultura familiar;
- promover o aproveitamento das tecnologias apropriadas e da transferência de tecnologia;
- incentivar o agronegócio.

DESAFIOS ESTRATÉGICOS

- Incentivar a área de eletroquímica com recursos aplicados à solução de problemas ambientais;
- promover o desenvolvimento sustentável da caatinga, sua conservação e uso da biodiversidade e reforço das cadeias produtivas regionais, construindo redes institucionais entre os vários grupos de estudo do semi-árido;
- desenvolver pesquisas e programas, e projetos para dessalinização da água

- como forma de contribuir para a redução da migração rural/urbana;
- realizar estudos visando a sustentabilidade hídrica do semi-árido (faltam estudos sobre as águas de mananciais), sobre tecnologias para acessar água, gerenciamento dos impactos da variabilidade climática sobre grandes sistemas hídricos e sua população, usos integrados dos sistemas hídricos e conservação ambiental, desenvolvimento de produtos (*softwares* específicos) e capacitação adequada de recursos humanos;
 - criar o Instituto Tecnológico Aeroespacial no entorno de Alcântara (Maranhão);
 - garantir o direito ao desenvolvimento como um direito de cidadania: os estados repassam recursos ao Governo Federal, e o povo trabalhador recebe e merece o retorno;
 - assegurar recursos para os estudos estratégicos capazes de identificar os problemas existentes no setor de CT&I do Nordeste;
 - criar oportunidades de investimentos e rotas tecnológicas que assegurem o desenvolvimento sustentável nas regiões priorizadas pelo Comitê Gestor de cada Estado;
 - apoiar os sistemas estaduais de informação em C&T, mobilizando recursos humanos e financeiros para inclusão de informações sobre os arranjos produtivos nos “portais” dos Estados, evoluindo gradativamente para os “vortais” dos referidos arranjos;
 - garantir o Programa Sociedade da Informação nas ações regionais, como forma de criar capacitação local, utilizando-se de meios modernos da informação e divulgação científica;
 - identificar modelos de gestão, de financiamento e de desenvolvimento regional e estadual;
 - procurar parceiros para a cooperação no desenvolvimento e implementação de projetos;
 - promover a participação dos recursos humanos das universidades nos arranjos produtivos locais;
 - reforçar as relações entre empresas e as universidades;
 - incrementar os arranjos institucionais devido a melhorarem a qualidade das empresas da região e incentivarem a inovação por parte dos empresários;
 - incrementar: 1) ambiente favorável à inovação; 2) ambiente universitário sensível à inovação; 3) instituições locais propícias à parceria; 4) credibilidade por parte das instituições envolvidas; 5) confiança entre os parceiros dos arranjos institucionais;
 - encontrar mecanismos que facilitem as negociações entre universidades e empresas;
 - adotar políticas para as pequenas e médias empresas (características do Nordeste), gerenciando sempre as relações de cooperação e competição existentes entre elas;

- incrementar a cooperação entre empresas e outras instituições;
- transformar as culturas das universidades e das empresas, de modo a que possa haver uma interlocução efetiva entre elas;
- elaborar modelos analíticos que possam propor soluções para as desigualdades intra-regionais existentes em termos de pesquisa e pós-graduação no Nordeste;
- alterar os critérios de obtenção de pontos das agências de fomento e avaliação da pesquisa no Brasil;
- identificar os entraves burocrático-administrativos existentes nas IES públicas que impedem ou retardam a relação universidade/empresa;
- identificar os pontos conflitantes entre as políticas desenvolvidas pelo MEC/Capes/CNPq e MCT para estabelecer políticas de pesquisa que tenham objetivos e recursos complementares, com o objetivo de propiciar o planejamento das IES no que diz respeito a CT&I;
- promover a participação efetiva do Fórum de Secretários Estaduais de C&T junto aos Fundos Setoriais, para assegurar regras de enquadramento e análise que privilegiem as ações regionais acordadas pelo Comitê Gestor de cada Estado;
- suplementar mecanismos que garantam a destinação dos recursos dos Fundos Setoriais, em especial o Verde-Amarelo, para as ações negociadas no comitê gestor de cada Estado, sejam elas projetos decorrentes dos arranjos produtivos, serviços de tecnologia industrial básica, pólos, parques e incubadoras, entre outros;
- incentivar a articulação entre as políticas estaduais, municipais (sistemas locais) com as políticas nacionais de CT&I;
- promover a abertura à transgênese, clonagem com controle social rígido;
- estimular o desenvolvimento de pesquisas com espécies nativas;
- identificar os principais vetores locais de desenvolvimento sustentável;
- identificar os principais *clusters* de cada região, contemplando as vocações locais;
- apoiar os pólos regionais de desenvolvimento;
- estimular a produção integrada como a primeira etapa de uma agricultura sustentável, ao possibilitar o controle e monitoramento do uso de defensivos e fertilizantes e intervenção imediata quando se constata contaminação.

DESAFIOS INSTITUCIONAIS

- Estimular maior integração entre as universidades e as empresas;
- promover a implementação de arranjos institucionais envolvendo atores

- diversos (universidade, governo, ONGs, setor empresarial);
- integrar os processos político e técnico;
 - despertar atitudes pró-ativas na sociedade civil e governamental;
 - resgatar a bibliografia sobre os estudos e projetos já realizados sobre o Nordeste em matéria de desenvolvimento sustentável:
 1. na metodologia do Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (DLIS);
 2. na valorização do capital humano;
 3. na C&T como fatores indispensáveis;
 4. no trabalho em redes, cadeias produtivas, *clusters*;
 5. articulação das instituições em diversos programas;
 6. legitimidade da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).
 - aumentar a integração entre as universidades e os institutos de pesquisa tecnológica estaduais, que são o grande elo com o setor produtivo, podendo fazer a ponte universidade-empresa, existindo vários deles em todos os Estados do Nordeste;
 - transferir a universidade da órbita do MEC (semelhante ao modelo da SECTES-AL, que é a secretaria de C&T e da educação superior, conjuntamente);
 - reduzir a burocracia por parte das agências financiadoras;
 - modificar os critérios de avaliação das agências, que acabam privilegiando determinadas regiões em detrimento de outras, dificultando assim a inserção do Nordeste nos programas e projetos nacionais de CT&I;
 - aperfeiçoar a gestão dos poderes públicos, superando situações de desconexões, perda de eficiência nos Estados; incorporação definitiva do planejamento participativo;
 - criar espaços públicos (fóruns e outros) para a retomada do planejamento (que deve ser participativo) e redescobrimiento das identidades regionais, visando a construção de planos estaduais com sustentabilidade;
 - incentivar a gestão participativa dos recursos hídricos;
 - incentivar a articulação de competências regionais para a construção coletiva de programas de pós-graduação na região Nordeste (articulação interdisciplinar, inter-regional e interinstitucional);
 - flexibilizar a gestão dos institutos de pesquisa, adotar contratos de gestão, planos de recomposição e capacitação de recursos humanos e revisão de cargos e salários, e instituir a lei do pesquisador;
 - apoiar as redes de tecnologia para intermediação da demanda e oferta de tecnologia.

RECOMENDAÇÕES PARA A CONFERÊNCIA NACIONAL

- A experiência de atuação integrada deve ser sempre perseguida pelo Sistema Local de Inovação;
- o mercado quer empreendedores técnicos;
- a Universidade deve investir mais em formação empreendedora e os governos devem ser mais sensíveis às atividades empreendedoras;
- estimular os Sistemas Locais de Informação, com abrangência de todos os setores;
- ajudar na clara definição das prioridades regionais;
- formação e capacitação dos agentes de inovação;
- ações integradas de instigação das potencialidades regionais;
- apoio da Finep na estruturação das cadeias produtivas emergentes e no conhecimento mais amplo das já estruturadas (por exemplo, ovinocaprino e leite);
- ações governamentais de estímulo à implantação de empresas de terceira geração;
- apoio ao desenvolvimento científico nas áreas ainda carentes, com formação e capacitação de técnicos das universidades e escolas técnicas;
- aplicar recursos na formação de mão-de-obra especializada;
- garantir a continuidade de programas estratégicos como o CTPetro;
- a universidade deve formar indivíduos mais inovadores;
- as empresas devem ser estimuladas a desenvolver tecnologias de forma associada à academia.

REUNIÕES REGIONAIS PREPARATÓRIAS

Norte

Reunião Regional Norte

INTRODUÇÃO

O encontro foi realizado na sede da Federação das Indústrias do Estado do Pará, Fiepa. Contou com o apoio de diversas entidades, como:

- Secretaria Executiva de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente, Sectam
- Museu Paraense Emílio Goeldi, MPEG
- Universidade da Amazônia, Unama
- Centro de Ensino Superior do Pará, Cesupa
- Instituto Evandro Chagas
- Universidade Federal do Pará, UFPA
- Universidade do Estado do Pará, Uepa
- Academia Brasileira de Ciências (ABC Pará)
- Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, FCAP
- Serviço de Apoio a Pequena e Média Empresa, Sebrae
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Amazônia Oriental), Embrapa
- Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, Ceplac
- Federação das Indústrias do Estado do Pará, Fiepa

Registrou-se a presença de representantes dos Estados do Amazonas, Amapá, Acre, Rondônia, Roraima e Tocantins, com predominância dos representantes do Estado do Pará, somando 250 inscritos.

CONSIDERAÇÕES

Os participantes do Encontro Regional de Ciência e Tecnologia da região Norte, reunidos em Belém em 16 e 17 de agosto de 2001, após os debates que ocorreram tanto nas mesas redondas como nos painéis, consideraram:

- A necessidade de uma visão coletiva e de uma agenda regional integrada para dar unidade e coerência aos esforços em CT&I na região Norte;
- as especificidades e diversidades regionais (patrimônio natural de grande riqueza, floresta tropical úmida com variação interna e tipos e graus diferentes de ocupação do território);
- a necessidade de adensamento de cadeias produtivas, com o objetivo de

agregar valor aos produtos regionais, em vez de mera exportação de matéria-prima e energia, sem geração ou incorporação de tecnologia nacional ou regional;

- o imperativo de reverter o processo de exclusão social e melhorar a qualidade de vida da população regional;
- a necessidade imediata de superação dos fossos inter-regionais e intra-regionais em termos de capacidade, produção e investimentos em CT&I;
- a necessidade de flexibilizar os mecanismos de contratação de investimentos em CT&I;
- a necessidade de garantir a continuidade dos programas governamentais em face de mudanças administrativas;
- a necessidade de dar tratamento adequado para desiguais, para não perpetuar ou mesmo agravar a desigualdade.

PROPOSIÇÕES

Os participantes da reunião regional Norte, após os debates que ocorreram tanto nas mesas-redondas como nos painéis, apresentaram as seguintes proposições:

1. Elaboração de um plano de ação regional em CT&I para os próximos 10 anos, acordado entre o governo federal, os governos estaduais, a academia, os setores produtivos e outros atores regionais, com metas escalonadas no tempo e mecanismos de monitoramento e avaliação.

2. Criação de um Fundo Amazônico de CT&I, específico para a região, com diversas fontes e aplicações e acompanhamento por um fórum composto dos diversos atores.

3. Utilização de critérios de relevância estratégica para a alocação de recursos públicos de CT&I, além dos critérios de mérito ou excelência científica.

4. Criação de mecanismo de formação, atração, valorização e fixação de recursos humanos específico para a Amazônia, integrado com projetos e recursos.

5. Estímulo e apoio às tecnologias apropriadas, além de tecnologias de ponta.

6. Fomento para pesquisas em Ciências Humanas, voltadas para cidadania, gestão, governança e qualidade de vida, e sua integração nas pesquisas de ciências naturais e de tecnologia.

7. Diferenciação da relação de contrapartida de acordo com a realidade e o esforço de cada Estado (cumprimento de percentual destinado a C&T).

8. Estímulo e apoio financeiro à constituição de redes locais, regionais e inter-regionais de P&D e difusão, incluindo pesquisadores e usuários dos resultados da pesquisa.

9. Ampliação da cooperação inter-regional e internacional por meio de parcerias equilibradas.

10. Ampliação do apoio aos Sistemas Locais de Inovação.

11. Criação de incentivos para o financiamento de CT&I pelo setor produtivo, considerando as especificidades regionais.

12. Criação de um Fundo Setorial, de abrangência nacional, para produtos da biodiversidade.

13. Desenvolvimento de estratégias, discutidas com os atores da região, para garantir a redução do fosso inter-regional e intra-regional em termos de capacidade instalada e de investimentos em CT&I.

14. Estímulo ao caráter interdisciplinar e interinstitucional dos projetos.

15. Apoio ao fortalecimento dos centros emergentes em PD&I da região.

16. Análise da possibilidade de criação de organizações sociais, a partir dos grandes programas das universidades da região, de modo a obter credenciamento aos investimentos em CT&I, a partir de termos de parceria.

17. Estímulo aos esforços de difusão do conhecimento na região.

18. Criação de um Programa de Capacitação Tecnológica da População, em todos os níveis.

REUNIÕES REGIONAIS PREPARATÓRIAS

Sudeste (Rio e Minas)

Reunião Regional Sudeste (Rio e Minas)

Em atendimento à solicitação do Ministério da Ciência e Tecnologia, foi realizada a Conferência Regional de Ciência, Tecnologia e Inovação – Rio-Minas, com o objetivo de conhecer e discutir as experiências locais e a diversidade de ambientes que caracterizam esses Estados, e de apresentar proposições a serem incorporadas aos grandes temas definidos para a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Essa Reunião Regional contou com uma expressiva participação de representantes das comunidades e de instituições científicas, tecnológicas e empresariais, resultando em diversas e significativas proposições, constituindo um elenco de diagnósticos e de propostas para estratégias e ações que serão, na íntegra, apresentadas em uma publicação. Nesta oportunidade, em atendimento ao cronograma da Conferência Nacional, apresenta-se um extrato dessas reflexões.

Depreendeu-se também dessa reunião que o estabelecimento de um programa de CT&I no nosso País deve, necessariamente, considerar a reconstrução do nosso projeto de nação, tendo em vista que a década de 90 representou um retrocesso em termos de distribuição de renda, industrialização e educação. Este grave pano de fundo deve ser revertido por meio de um novo plano, que nos permita um reencontro como nação. Neste sentido, o Congresso Nacional tem um papel importante no processo de colocar a CT&I no centro das discussões do País, devendo haver um maior diálogo entre a sociedade e os parlamentares, e a comunidade de C&T atuar como elemento de ligação, permitindo uma melhor percepção da importância do tema.

As ações de C&T devem estar focadas no desenvolvimento de parcerias, na formação de recursos humanos e na maior oferta de empregos no País. O desenvolvimento só é válido quando se verifica, paralelamente ao progresso científico e tecnológico, um tipo de progresso econômico e social adequado à capacidade da sociedade de absorver e usar o conhecimento adquirido.

Um programa de CT&I deve, obrigatoriamente, contemplar o processo de interiorização do País, pois este é o rumo para a retomada do crescimento e do desenvolvimento do Brasil. O fortalecimento do interior, por

meio do estabelecimento de parcerias dos municípios com as instituições de C&T, em particular as universidades, é fundamental.

A criação do Fundo Municipal de C&T tem um grande potencial para auxiliar o desenvolvimento dos municípios e dos arranjos produtivos locais, especialmente no que tange ao acesso a financiamentos, tecnologia, formação de recursos humanos e mercado de trabalho.

A Conferência de CT&I deve discutir o papel do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), seus mecanismos de operação e de relação com a sociedade. Isto é fundamental para se construir um planejamento do Estado brasileiro, com a participação da comunidade, e que não se atenha a um governo ou partido.

Nos grandes temas definidos destacam-se as seguintes recomendações:

NO CAMINHO DO FUTURO

- Integração e compatibilização entre as políticas de C&T, de educação e industrial;
- estímulo à geração de políticas de inovação, tanto na esfera legislativa, como nas ações governamentais, de agências de fomento e de organizações empresariais;
- geração de mecanismos acelerados de formação de docentes para as redes de educação fundamental e básica, pela flexibilização na regulamentação dos cursos presenciais e a distância;
- estabelecimento de políticas claras e efetivas que viabilizem a fixação de docentes nas universidades, notadamente nas mais recentes, de forma a assegurar a instalação de programas de investigação associados aos de formação, como por exemplo, o Programa Especial de Estímulo à Fixação de Doutores (Profix);
- ampliação da oferta de cursos de formação técnica e profissionalizante, por meio de programas, como o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), para atender às demandas das universidades, institutos de pesquisa e empresas;
- estímulo à modernização das estruturas curriculares dos cursos de engenharia e de tecnologia, por meio de programas como o Programa de Desenvolvimento das Engenharias (Prodenge) e Programa de Apoio ao Ensino e Pesquisa em Engenharia (Paepe);
- implantação de programas destinados à formação da cultura empreendedora, em todos os níveis. Esta ação é decisiva para que as empresas brasileiras possam enfrentar os novos desafios e assegurar sua inserção no fluxo comercial internacional, com competitividade e qualidade;

- apoio à formação de redes nacionais e internacionais de recuperação de informações tecnológicas, para a melhor articulação entre universidade e empresa.

QUALIDADE DE VIDA

- Enfoque amplo e multidisciplinar dos problemas na área de saúde, visando encontrar estratégias para fazer frente aos problemas do recrudescimento de doenças infecciosas (dengue, tuberculose, febre amarela etc) e das novas epidemias (Aids, violência, acidentes automobilísticos etc);
- atenção aos problemas da produção de medicamentos, vacinas e soros, e a distribuição gratuita para a população carente;
- ênfase sobre a questão do aumento populacional e do crescimento exponencial da população de terceira idade;
- contribuição à melhoria da saúde do trabalhador, dos problemas da maternidade e da infância, em especial a crescente mortalidade materna e o aumento da taxa de gravidez entre adolescentes;
- priorização das pesquisas relacionadas ao genoma e à bioengenharia;
- valorização da estratégia do programa de “Saúde da Família”, para aumento da acessibilidade aos serviços de saúde, saneamento e água potável;
- inserção da comunidade na urbanização consciente das grandes metrópoles, suas periferias e bolsões de pobreza;
- utilização dos “Indicadores de Desenvolvimento Humano e de Desenvolvimento Tecnológico”, propostos pelo PNUD/ONU, como balizadores do crescimento e desenvolvimento de determinada região.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- Utilização da educação como instrumento de equacionamento do trinômio desigualdade/distribuição de renda/desenvolvimento econômico;
- utilização do Sistema Nacional de Inovação, bem como de instrumentos que privilegiem uma visão regional da CT&I, respeitando as particularidades das culturas locais;
- reconhecimento da importância desta reunião regional como um marco de discussão do tema CT&I com a sociedade, evidenciando o seu caráter de atividade sistêmica, interativa e não-linear;
- avaliar a sustentabilidade de pequenas e médias empresas de base tecnológica dentro do atual modelo econômico.

DESAFIOS ESTRATÉGICOS

- Identificação premente das vulnerabilidades sociais e econômicas e a análise de premissas históricas, elegendo a questão social como questão nacional;
- reforço da articulação entre as políticas macroeconômica, de desenvolvimento social, industrial e de CT&I, visando alcançar maior competitividade e autonomia;
- ênfase nas atividades de P&D e criação de competências nas diferentes etapas da concepção, da produção e da comercialização;
- competência na promoção de conteúdos próprios para as novas mídias e redes digitais, bem como a promoção do aprendizado e capacitação de cidadãos e organizações para serem usuários ativos destas tecnologias;
- reconhecimento da utilização de tecnologia da informação nos processos de produção e representação do espaço, na transição da sociedade do trabalho para a sociedade pós-industrial;
- tratamento de forma integrada para as questões ambientais e técnico-científicas;
- reconhecimento da biodiversidade como uma vantagem competitiva, no âmbito da geopolítica global.

DESAFIOS INSTITUCIONAIS

- Formulação de projetos estruturantes, de impacto econômico e social, em nível nacional, estadual e municipal;
- criação de um arcabouço legislativo que permita flexibilidade e uma melhor eficiência aos programas de incentivo ao desenvolvimento tecnológico;
- investimento na capacitação dos servidores, técnicos e profissionais;
- investimento na infra-estrutura física e equipamentos;
- promoção da garantia de estabilidade dos recursos em um horizonte de longo prazo;
- reconhecimento e incentivo ao poder de compra do governo, reconhecendo o caráter estruturante de seus grandes programas, na sustentação aos institutos e promoção do desenvolvimento de C&T;
- participação dos Fundos Setoriais para financiamento de programas específicos de educação profissional;
- manutenção dos níveis de investimento por parte do Governo Federal nas FAPs, bem como a construção de programas regionais;
- reconhecimento das cadeias produtivas como uma unidade de análise na formulação, implementação e acompanhamento do “Projeto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação” (PNCTI);

- tratar a interação universidade-empresa com visão empresarial;
- preservar a estabilidade das instituições de pesquisa, promovendo a formação de pessoal e a renovação do quadro de pesquisadores;
- definição do papel dos institutos de pesquisa como instrumento de desenvolvimento regional;
- aperfeiçoamento das instituições de pesquisa, incluindo a modernização das práticas de gestão, o estabelecimento de critérios de desempenho tecnológico e o estímulo à interação com a sociedade como o Projeto Excelência na Pesquisa Tecnológica (Abipti/CNPq);
- fomento dos mecanismos de financiamento, como os Fundos Setoriais, com a destinação de parte de seus recursos ao desenvolvimento de parques tecnológicos;
- ampliação do conhecimento do Sistema de Propriedade Intelectual, como parte do Processo de Política de Inovação;
- incentivo ao programa de agricultura familiar e ao trabalho, por meio de legislação e normas para os produtos;
- garantia da participação e permanência da sociedade em todo o processo de desenvolvimento de projetos e produtos.

REUNIÕES REGIONAIS PREPARATÓRIAS

Sudeste (São Paulo)

Reunião Regional Sudeste (São Paulo)

A Reunião Regional Sudeste em São Paulo, foi realizada nos dias 16 e 17 de agosto de 2001, no Auditório André Franco Montoro da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Reuniram-se, durante os dois dias, quase 600 participantes entre pesquisadores, empresários e políticos.

A reunião foi organizada por um Comitê Organizador composto por representantes das seguintes organizações:

- Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (SCTDE)
- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp)
- Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp)
- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)
- Academia Brasileira de Ciências (ABC)
- Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
- Universidade de São Paulo(USP)
- Universidade Federal de São Carlos(UFSCar)
- Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT)
- Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (Sebrae)
- Associação Brasileira de Ensaio Não-Destrutivos (Abende)
- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)
- Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Empresas Industriais (Anpei)
- Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti)
- Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp)
- Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen)
- Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras (Foprop)

Este Relatório está organizado em três seções:

- 1) Transformar conhecimento em desenvolvimento econômico requer atividades de P&D na empresa.

- 2) O avanço do conhecimento requer melhor infra-estrutura de pesquisa e educação.
- 3) Produzir e aplicar o conhecimento estratégico para políticas sociais.

TRANSFORMAR CONHECIMENTO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REQUER ATIVIDADES DE P&D NA EMPRESA

1. A EMPRESA COMO GERADORA DE CONHECIMENTO – P&D NA EMPRESA É ESSENCIAL E INSUBSTITUÍVEL PARA A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A pesquisa tecnológica e o desenvolvimento de tecnologia, elementos fundamentais para a inovação tecnológica, são atividades inerentemente econômicas e, portanto, devem ocorrer prioritariamente na empresa. Para isto, deve haver pesquisadores trabalhando nas empresas, em centros de P&D empresariais. Se o lugar da ciência e da educação é a universidade, o lugar do desenvolvimento de tecnologia é, por excelência, a empresa. O elemento criador de inovação é o cientista ou engenheiro que trabalha em P&D nas empresas, sejam elas voltadas para produtos ou serviços. Assim é que, nos EUA, dos 960 mil cientistas e engenheiros trabalhando em pesquisa e desenvolvimento, 760 mil (80% do total) trabalham para empresas.

2. OS OBSTÁCULOS À P&D EMPRESARIAL SÃO:

- a) instabilidade econômica
- b) fatores macroeconômicos: juros, inflação, tributos
- c) pouco apoio estatal
- d) a valorização da inovação tecnológica como elemento essencial à competitividade e ao desenvolvimento da empresa nos níveis executivo e gerencial em parcela majoritária das empresas
- e) tratamento precário em relação à questão do apoio e incentivos de forma segmentada. Os obstáculos diferem por cadeia produtiva, porte, dinâmica tecnológica, origem do capital etc.

3. APOIO ESTATAL À P&D NA EMPRESA

Em todos os países onde se cria riqueza do conhecimento, para que as empresas possam investir intensamente em atividades de P&D, há poderosos subsídios e facilidades oferecidos pelo Estado. Nos Estados Unidos, dos US\$ 65 bilhões anuais que o Governo Federal investe em atividades de P&D, US\$ 25 bilhões vão para empresas americanas. Neste caso, principalmente por meio de uma política de encomendas tecnológicas, nas quais o governo

compra das empresas produtos e seu desenvolvimento tecnológico. Este valor significa 15% do dispêndio total feito pelas empresas em P&D. Na Inglaterra, o Estado investe US\$ 1,5 bilhões anuais em P&D empresarial – 9% do dispêndio total empresarial em P&D. Na França, são anualmente US\$ 1,6 bilhões de investimento do Estado em P&D nas empresas – 11% do total despendido pelas empresas. Na Alemanha, US\$ 2 bilhões de investimento anual – 9% do dispêndio empresarial. Na média dos países da OECD hoje, 10% do dispêndio empresarial em P&D é financiado com recursos governamentais, por intermédio de vários métodos de subsídio, incluindo renúncia fiscal, política de encomendas tecnológicas e apoio à infra-estrutura de pesquisa. O subsídio governamental é virtuoso, pois em média cada dólar investido pelo governo em P&D empresarial chama outros US\$ 9 da empresa. O percentual de financiamento estatal à P&D empresarial já foi maior do que estes 10% presentes – em 1981, nos Estados Unidos, chegou a 32%, na Inglaterra, 30%, e na França, 25%.

Este tipo de subsídio é tão importante para os países desenvolvidos que no acordo da OMC, o qual o Brasil subscreve (além disso tornou-se lei no País, o Decreto 1.355 de 30/12/94), há menção explícita à permissão de subsídios nacionais às atividades de P&D empresariais, desde que a OMC seja previamente notificada e o subsídio não ultrapasse 75% do custo total do projeto de P&D.

É necessário destacar que medidas isoladas no âmbito apenas do MCT conseguirão ajudar pouco o desenvolvimento da inovação tecnológica na empresa. Trata-se isto sim, de estabelecer uma verdadeira política industrial, apoiada e formulada por vários órgãos de governo, que estimule o desenvolvimento empresarial no País.

a) Apoio estatal à P&D empresarial – Fundos Setoriais

É importante que empresas possam ter acesso direto a parte dos recursos de Fundos Setoriais por meio de projetos de P&D, independentemente de parcerias com universidades e institutos.

b) Apoio estatal à P&D empresarial – Lei de Incentivo Fiscal 8.661/93

Uma lista completa de sugestões para uma revisão da Lei de Incentivos foi elaborada pela Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (Anpei) e inclui: dedução de 15% do Imposto de Renda devido efetivo, de toda despesa com P&D, própria ou contratada, sem qualquer acúmulo com outros incentivos, tipo Programa de Apoio Tecnológico (PAT), vale transporte etc; simplificação gradativa do processo de obtenção dos incentivos fiscais, tornando-os automáticos, isto é, não vinculando-os à necessidade de apresentação e aprovação prévias de PDTI/PDTA's, a exemplo do que ocorre nos países mais desenvolvidos.

Sugere-se considerar a instituição de benefício fiscal a empresas que invistam em P&D de outras empresas. O exemplo por ele citado foi brilhante – o Bradesco, como enorme usuário de TI, certamente teria interesse em investir em P&D em TI realizado extra-banco.

c) Apoio estatal à P&D empresarial – uso do poder de compra do Estado e programas estratégicos

Nos Estados Unidos, 80% dos recursos financiados pelo governo para a P&D empresarial são através de programas de encomendas tecnológicas, freqüentemente baseados em programas nacionais mobilizadores, como o Programa Espacial. Na Inglaterra, este percentual é 78%, na França 60%. De um modo geral, nos países desenvolvidos, quanto maior o apoio do Estado à P&D empresarial maior a proporção do apoio que é feita por meio de encomendas tecnológicas.

Alguns programas mobilizadores, que poderiam ser de interesse para o Brasil, aproveitando oportunidades ou atendendo necessidades, seriam Espaço, Energia e Biotecnologia. Em todos os casos é fundamental a participação de empresas como grandes contratadores e operadores de parte significativa dos programas.

i. Espacial: é preciso mudar a condução do Programa Espacial, para tratá-lo como um programa industrial, em que a capacitação das empresas nacionais e a sinergia entre os diferentes setores sejam as preocupações norteadoras da estratégia dos contratos governamentais.

ii. Energia: uma oportunidade importante poderia ser na área de células de combustível para geração de energia elétrica. Já há pelo menos duas empresas no Brasil em processo de desenvolvimento desta tecnologia. Um programa governamental para adquirir grande quantidade de células de combustível, por exemplo para iluminação de escolas públicas, ou prédios públicos, poderia viabilizar o desenvolvimento destas empresas.

iii. Biotecnologia: o sucesso científico e de formação de pessoal dos Projetos Genoma realizados, ou em andamento no Brasil, cria a oportunidade para que se organize iniciativas empresariais que possam utilizar os resultados e desenvolver aplicações economicamente relevantes. Na área de fármacos, por exemplo, já tem ocorrido ações do Ministério da Saúde nesta direção.

d) Apoio estatal à P&D empresarial – Pequena e Média Empresa (PME)

As PMEs têm papel especial na conversão de conhecimento em riqueza, devido às suas características de ousadia, flexibilidade e oportunismo. Além das dificuldades engendradas pelo ambiente econômico hostil a investimentos de longo prazo, as PMEs sofrem também da escassez de oportuni-

dades para acesso a capital para investimentos em desenvolvimento de tecnologia. Por isso, programas como o Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas (PIPE), da Fapesp, e o Programa de Recursos Humanos para Atividades Estratégicas (RHAE) são de grande auxílio para as atividades de P&D nas PMEs. É importante multiplicar a abrangência de programas como estes. Além disso, é essencial intensificar as oportunidades de acesso das PMEs a capital de risco, uma prática ainda incipiente. O Programa Inovar, da Finep, tem dado uma importante contribuição, e é necessário que seja continuado e intensificado. Estímulo à consolidação e crescimento dos empreendimentos de tecnologia avançada (incubadoras, parques e pólos tecnológicos, tecnópoles), *habitats* de micro e pequenas empresas de base tecnológica. Devem ser estabelecidos mecanismos para agilizar a interação entre PMEs e universidades e institutos de pesquisa, permitindo maior flexibilidade e agilidade. Dar especial atenção às ações que viabilizem acesso das PMEs de maneira competitiva ao mercado externo.

e) Apoio à P&D empresarial – iniciativas não fiscais

Viabilizar acesso, pelo setor produtivo, ao elenco hoje existente de normas técnicas, como mecanismo de melhoria da qualidade de produtos e processos no mercado globalizado (barreiras não-tarifárias) e o acesso a bases de dados de artigos científicos e patentes. Isto pode ser realizado mediante convênios entre organizações como a Anpei e universidades e institutos de pesquisa públicos que já tenham acesso a algumas dessas bases de dados.

O AVANÇO DO CONHECIMENTO REQUER MELHOR INFRA-ESTRUTURA DE PESQUISA E EDUCAÇÃO

1. MAIS E MELHOR EDUCAÇÃO PÚBLICA DO FUNDAMENTAL À PÓS-GRADUAÇÃO

a) Mais qualidade no ensino público fundamental e médio

O bem-sucedido esforço para o aumento das matrículas no ensino fundamental e médio precisa ser acompanhado por um esforço concentrado para o aumento da qualidade.

b) Mais vagas no ensino superior público – diversidade organizacional

Apenas 12% dos jovens brasileiros na idade de 18 a 24 anos estão matriculados em cursos superiores, a maioria deles em cursos de instituições privadas de qualidade duvidosa. Ao mesmo tempo, tem havido um aumento nas matrículas no ensino médio, o que aponta para um aumento no número de candidatos ao ensino superior. Para aumentar as vagas no ensino superior

público é preciso uma diversificação no ensino superior, como por exemplo, na iniciativa proposta pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) ao Governo Estadual e à Assembléia Legislativa, de aumento de vagas no ensino superior, usando-se a modalidade de cursos seqüenciais de formação específica com destinação coletiva, com a duração de dois anos. Deve-se, também, usar as oportunidades criadas pelas novas tecnologias no ensino semi-presencial, incluindo tecnologias para ensino a distância. Talvez o dilema entre ensino de massas *vs* ensino de qualidade possa ser ultrapassado com o uso de novas tecnologias.

c) Inviabilidade da qualidade associada ao modelo da universidade com fins lucrativos – necessidade do modelo fundacional sem fins lucrativos para o ensino superior privado

A expansão do ensino superior privado não tem sido acompanhada por uma preocupação com referenciais acadêmicos de qualidade. A experiência internacional mostra que praticamente não existe ensino superior privado com fins lucrativos em nenhum lugar do mundo. Cabe, ao Estado, estabelecer mecanismos que validem a qualidade e exponham a falta desta, trazendo como consequência nestes casos a proibição da operação das instituições mal qualificadas. É preciso que se pratique o uso de referenciais acadêmicos progressivamente elevados no sistema de avaliação de cursos superiores.

2. APOIO ESTATAL À PESQUISA FUNDAMENTAL E APLICADA NAS UNIVERSIDADES E INSTITUTOS

a) A liberdade acadêmica e o avanço do conhecimento

A liberdade acadêmica nas universidades é condição necessária para que se aumente continuamente o estoque de conhecimento em todas as áreas, bem como para a qualidade do ensino superior. Ao mesmo tempo que instituem programas induzidos para estimular certas áreas ou temas, é essencial que as agências de apoio à pesquisa garantam os recursos para o apoio ao avanço do conhecimento, no contexto da liberdade acadêmica e da pesquisa, motivada pela curiosidade do cientista. É preciso ter em mente que nem sempre a pesquisa pode ser programada ou induzida, e que a identificação de novas oportunidades depende de um tortuoso, e algumas vezes penoso, processo de tentativa e erro. Para aumentar as chances de sucesso é necessário garantir apoio contínuo, liberdade e autonomia ao cientista.

b) Foco na missão institucional nos institutos é fundamental para potencializar os resultados – pesquisa aplicada

Institutos de pesquisa têm um importante papel a desempenhar, espe-

cialmente em atividades de pesquisa aplicada. Em certas áreas como pesquisa agropecuária, os exemplos de pesquisa com resultados bem-sucedidos são muitos e extremamente relevantes para o desenvolvimento econômico e social do País. Institutos cumprem também, muitas vezes, um importante papel de facilitadores do fluxo de conhecimento no relacionamento entre a universidade e a empresa.

c) Estimular a contribuição dos institutos de pesquisa públicos para o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população, particularmente:

- removendo os obstáculos à formação e consolidação de capital humano altamente qualificado, hoje generalizados (remuneração incompatível com os valores de mercado, dificuldade de abrir concurso etc);
- deixando os recursos arrecadados com a realização de trabalhos remunerados por clientes sob gestão do instituto ou entidade de apoio idônea e sem finalidade lucrativa, sem reduzir de forma automática os aportes do Tesouro pré-acordados;
- estimulando meios modernos de participação nos resultados monetizáveis dos benefícios econômicos e sociais decorrentes de sua contribuição ao processo de inovação tecnológica ou de serviços tecnológicos.

3. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL NAS ORGANIZAÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E PESQUISA PARA INTENSIFICAR A INTERAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADES/INSTITUTOS E A SOCIEDADE – EMPRESAS, GOVERNO E TERCEIRO SETOR

Ao lado da missão primordial das universidades de educar e de produzir conhecimento novo, estas instituições podem cumprir um papel relevante associando suas atividades de ensino e pesquisa a interações entre a universidade e empresas. Esta interação pode contribuir para melhorar a qualidade da educação e da pesquisa na universidade, ao mesmo tempo que pode auxiliar a empresa especialmente a estar em contato com a fronteira do conhecimento e as novas oportunidades associadas. Deve ser destacado, entretanto, que esta interação não pode substituir a iniciativa da própria empresa em desenvolver atividades de P&D internamente. A intensificação dos projetos cooperativos de P&D entre universidades e empresas requer, do lado da empresa, a capacidade de formular e desenvolver os problemas de P&D de seu interesse e, do lado da universidade, instrumentos adequados à convivência com um tipo de organização institucional bem diferente da academia. É preciso reduzir as restrições acadêmicas a atividades de consultoria.

4. RECURSOS PARA O APOIO À PESQUISA E À PÓS-GRADUAÇÃO

a) Estimular o cumprimento das constituições estaduais que prevêem percentuais de arrecadação para FAPs – os recursos constitucionais aprovados para 20 outras fundações estaduais, além da Fapesp, criadas após 1989, resultariam em pelo menos mais R\$300 milhões/ano. Esse dinheiro é provido de forma errática, irregular, inconstante, impedindo que seja considerado no planejamento de C&T. Pode a Lei de Responsabilidade Fiscal ser usada para obrigar os estados inadimplentes à contribuição regular prevista nos seus dispositivos constitucionais? Será preciso, para tal, que o MCT proponha uma lei federal específica, como fez o MEC para os recursos vinculados à Educação (Lei 7.348 de 24 de julho de 1985 que regulamentou a Emenda Calmon).

b) O Estado de São Paulo forma mestres e doutores que vão trabalhar em todo o Brasil. A contribuição das agências federais de apoio à pós-graduação para o Estado de São Paulo deve manter simetria com a contribuição deste Estado para a formação de pessoal. É necessária uma ação especial para recuperar e expandir a quantidade de bolsas de agências federais, especialmente para estudantes nas instituições paulistas onde recentemente tem se verificado uma queda acentuada deste apoio.

c) Entendendo o caráter emergencial da primeira chamada do Edital do Fundo Setorial de Infra-estrutura (CTInfra) de Pesquisa, o Estado de São Paulo requer investimentos compatíveis com a sua responsabilidade na geração de conhecimentos nas universidades públicas deste Estado.

PRODUZIR E APLICAR O CONHECIMENTO ESTRATÉGICO PARA POLÍTICAS SOCIAIS

Ao mesmo tempo que o conhecimento pode gerar riqueza, precisa-se buscar as oportunidades para que contribua diretamente para resgatar parte da enorme dívida social brasileira. É muito importante induzir programas de pesquisa que possam contribuir para esta finalidade (a lista de tópicos aqui mencionada não é exaustiva, é ilustrativa do que foi levantado durante a Reunião Regional. Outros tópicos importantes destacados foram segurança alimentar, uso da tecnologia da informação na disseminação de educação e cultura).

1. SAÚDE

a) Apoio à criação do Fundo Setorial para a Saúde, sob a coordenação do MCT, em apoio à proposta encaminhada ao Congresso Nacional pelo Ministério da Saúde.

b) P&D em Saúde deve levar em conta o perfil demográfico e epidemiológico atual e projetado da população brasileira, agregando aspectos de ciência básica (“moléculas e células”) e aplicação (“assistência à saúde e prática médica”).

2. CIÊNCIAS SOCIAIS

É necessário estabelecer programas induzidos de apoio à pesquisa em Ciências Sociais com focos específicos. Estes programas, além de produzir conhecimento e formar recursos humanos, devem formular propostas de políticas públicas que atendam às demandas mais urgentes da sociedade brasileira, como nas áreas de:

- a) Pobreza e desigualdade
- b) Segurança e violência
- c) Trabalho e emprego
- d) A sociedade moderna
- e) Educação no século XXI

3. MEIO AMBIENTE

Estimular projetos em parceria com órgãos públicos nas áreas de saneamento básico e ambiental, recursos hídricos e situações de risco. Sistematizar as iniciativas para mapeamento da biodiversidade no País.

4. HABITAÇÃO

Programas para o desenvolvimento de materiais, componentes, sistemas construtivos e qualidade ambiental para projetos de habitações populares de baixo custo.

5. DESAFIO INSTITUCIONAL: A ELEIÇÃO DE PRIORIDADES

É preciso equipar as instâncias sociais e políticas com conhecimento e informação para que a eleição de prioridades possa levar em conta adequa-

damente os aspectos técnicos e científicos, bem como os aspectos de relevância social e política. Cada vez mais decisões políticas no mundo moderno exigem, para serem bem-sucedidas, algum grau de conhecimento científico e técnico.

REUNIÕES REGIONAIS PREPARATÓRIAS

Sul

Reunião Regional Sul

Os resultados da Reunião Regional Sul sobre Ciência, Tecnologia e Inovação¹ ressaltam a importância de um planejamento nacional regionalizado em matéria de CT&I, mas com visão nacional; da conseqüente necessidade da definição de estratégias distintas para as diferentes regiões; bem como, do imperativo da ação em parceria com Estados e municípios para garantia de eficácia e eficiência das ações neste setor.

Neste sentido, as discussões ressaltaram a importância de programas regionais, como é o caso, por exemplo, de programas voltados à pós-graduação e ao ensino tecnológico que podem ser definidos conjuntamente pelos Estados da região e implementados em parceria com a União e municípios.

Os trabalhos ao longo dos meses de julho e agosto, resultaram em diversas proposições, das quais destacam-se aquelas a seguir resumidas:

1. Regionalizar as ações do MCT no fomento e combiná-las com a ação de outros ministérios, em especial o MEC e o MDIC, de modo a utilizar as estratégias e parcerias já estabelecidas nas Regiões e Estados. Propõe-se que tal articulação busque desconcentrar nacional e regionalmente o apoio financeiro concedido para o desenvolvimento científico e tecnológico e o fomento à inovação.

2. Disseminar e promover² a CT&I na sociedade por intermédio da educação e dos meios de comunicação em geral, evidenciando à sociedade (crianças, jovens e adultos) a importância da CT&I, auxiliando a compreensão básica e uso de conceitos e tecnologias importantes para o trabalho e a vida cotidiana³. Estabelecer programas continuados voltados ao desenvolvimento de uma cultura científica e tecnológica para diferentes públicos, de forma descentralizada, utilizando estratégias que considerem contextos regionais, que enfatizem os resultados obtidos (melhores práticas) e que tenham o seu equivalente “virtualizado” na internet (museus de C&T, clubes virtuais de C&T, visitas a empresas etc). Igualmente, facilitar ao cidadão e às

¹ A organização da referida reunião ficou a cargo de um Comitê Regional integrado por representantes das Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia da Região Sul, do Comitê do Programa da Conferência Nacional de CT&I, da Academia Brasileira de Ciências, do Ministério de Ciência e Tecnologia, do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisas e Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica, sob coordenação da Fundação de Ciência e Tecnologia, do Estado de Santa Catarina.

² A finalidade do desenvolvimento em CT&I deve ser a apropriação social, pautado na sustentabilidade, considerando a dimensão social, ecológica, econômica, institucional, política, jurídica, espacial e cultural.

³ Entre as formas já enumeradas no Livro Verde de CT&I sugere-se acrescentar as atividades de interação de pesquisadores e docentes com a sociedade.

instituições públicas e privadas o conhecimento e exercício de seus direitos e deveres, por meio da utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), de forma a ampliar o acesso e compreensão dos dispositivos legais e jurisprudenciais e seus efeitos, nos diversos níveis, gerando transparência quanto à sua efetividade, bem como das políticas públicas a eles associados.

3. Aumentar o acesso à educação em todos os níveis, particularmente nos municípios mais carentes de oportunidades de capacitação, utilizando, de forma combinada, o acesso ao conhecimento e informação por meio da educação presencial e da educação a distância. Eliminar as barreiras burocráticas que impedem a ampliação da oferta de oportunidades de educação a distância, especialmente em nível técnico, de graduação e pós-graduação, pelas instituições de ensino superior brasileiras e incentivar no desenvolvimento de conteúdos e metodologias adequadas à realidade nacional e as particularidades regionais.

4. Atuar junto aos órgãos gestores do ensino básico e fundamental, nas instâncias federal, estadual e municipal, no sentido do incremento conjunto da qualidade do ensino nesses níveis.

5. Incentivar a disseminação da cultura e da prática da pesquisa nas disciplinas curriculares nos cursos de graduação e ampliar os programas de iniciação científica, inclusive em parceria com empresas, priorizando temas de relevância regional, identificados pelos observatórios regionais⁴ e por outras metodologias de prospecção. Além disso, utilizar as novas tecnologias como elemento de agregação de valor ao processo de ensino-aprendizagem e apoio à elaboração e aplicação de novas metodologias e modelos pedagógicos, como forma de atender as novas e crescentes demandas geradas pela sociedade da informação e do conhecimento.

6. Implantar metodologias e novos indicadores que permitam diagnosticar e monitorar os diferentes aspectos relacionados à qualidade de vida, de forma a orientar iniciativas locais, municipais e estaduais ligadas a estas questões, facilitando o monitoramento e a elaboração e implantação de projetos estratégicos voltados à melhoria da qualidade de vida, tanto por essas instâncias governamentais, quanto pela iniciativa privada e a sociedade civil organizada. Em especial, sugere-se:

- ampliar o conjunto de grupos de necessidades sociais apreciadas nas avaliações da qualidade de vida; bem como ampliar os indicadores sociais selecionados para avaliar cada um destes grupos de necessidades, incluindo indica-

⁴ A criação de observatórios regionais prospectivos, como mecanismos permanentes para identificação das necessidades científico-tecnológicas do setor produtivo e da sociedade como um todo garantirá o apoio necessário para o desenvolvimento e implementação das inovações, para a qualificação do capital humano necessário e para a oferta de serviços tecnológicos especializados.

dores específicos que expressem as necessidades das políticas sociais dos bairros, municípios e diferentes segmentos ou grupos sociais significativos que compõem a população estudada;

- disseminar a análise, uso e monitoramento dos índices de qualidade de vida, de forma que possam ser entendidos e usados por diferentes segmentos sociais. Aplicar o conceito de produtividade social para avaliar o desempenho das administrações públicas e das ações sociais em geral;
- criar um Observatório Nacional de Políticas Urbanas e Rurais, que avalie, por meio de indicadores de produtividade social, o *ranking* comparativo de qualidade de vida, destacando “melhores práticas”.

7. Viabilizar a gestão sustentável dos recursos naturais com base no atual avanço científico e tecnológico, por meio de estudos para desenvolvimento e aplicação de políticas, modelos e propostas de gestão de recursos naturais relevantes ao País (água, ar, solo, mar, biodiversidade etc), dentro de uma perspectiva de sustentabilidade do recurso, racionalidade de uso e administração de conflitos inerentes à sua utilização nas atividades humanas e sociais. Particularmente, para a região Sul, deve ser realçado o ecossistema Mata Atlântica, as reservas hídricas do aquífero Guarani, e a aplicação de um modelo de gestão participativa visando conservar a biodiversidade nos remanescentes de Floresta Araucária no Sul do Brasil. Sugere-se, ainda, a implantação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da região Sul do Brasil como um marco de referência estratégico para conceber e desenhar o ordenamento territorial de sorte a possibilitar a integração interdisciplinar de todos os conhecimentos necessários à proteção da biodiversidade e do uso sustentável dos recursos naturais.

8. Consolidar um sistema nacional voltado ao monitoramento, modelagem, previsão e desenvolvimento de aplicação nas áreas de meteorologia, hidrologia e climatologia, que contemple necessariamente a participação das agências federais e dos centros estaduais e um modelo de investimento e sustentabilidade do sistema.

9. Apoiar a criação de mecanismos de transferência de conhecimento (inovação) desenvolvida nas instituições de C&T para a sociedade e apoiar sua implementação, com ênfase na qualificação de recursos humanos para a oferta de serviços tecnológicos especializados e aproveitando os “ativos” Científico-Tecnológicos existentes em universidades, escolas técnicas, institutos de pesquisa e empresas. Em particular, rever o processo de avaliação da produção acadêmica e valorizar a pesquisa aplicada e obtenção de patentes.

10. Privilegiar a criação de mecanismos de desenvolvimento regional, como instrumentos de orientação dos investimentos em CT&I. Em especial, estimular a elaboração e implantação de planos de ação regionais centrados no desenvolvimento sócio-econômico sustentável, voltados à agregação de

valor nos arranjos produtivos locais, à criação de novas oportunidades de trabalho e renda e ao estabelecimento de condições locais de desenvolvimento e aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos em sintonia com estas iniciativas (incentivando o estabelecimento de redes).

11. Criar sistemas de informações on-line em CT&I (acessíveis via internet) que tornem facilmente identificáveis as competências nacionais de pesquisadores e instituições, inclusive empresas privadas (por exemplo, estendendo os atuais instrumentos existentes como o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil e o Currículo Lattes, do CNPq), bem como, observatórios regionais prospectivos, como mecanismos permanentes para identificação de oportunidades e necessidades científico-tecnológicas do setor produtivo (voltados, em especial, à exportação) e da sociedade como um todo, inclusive relativos à qualidade de vida.

12. Criar Centros de Excelência em Inovação e Gestão de Tecnologia distribuídos pelas regiões dos Estados, ligados aos principais centros de pesquisa, viabilizando a oferta de serviços tecnológicos especializados a serem prestados à iniciativa privada, como por exemplo a certificação de produtos para a exportação.

13. Estruturar e apoiar redes de difusão, distribuídas pelas regiões dos Estados, das quais participem universidades e instituições de pesquisa e outros atores envolvidos em C&T, agências de fomento, representantes dos governos estadual e municipal e demandantes de inovações nas regiões consideradas.

14. Desenvolver a pesquisa científica e tecnológica nas áreas de saúde, alimentos e nutrição com foco em especial na agricultura orgânica de pequena propriedade, tecnologias de controle biológico de pragas e doenças, biotecnologia e certificação de produtos e cadeias produtivas.

15. Apoiar o desenvolvimento da capacidade inovadora das empresas⁵ e estimular o desenvolvimento de arranjos produtivos montados em bases regionais sustentadas por plataformas de inovação, bem como a oferta de capital de risco⁶.

16. Consolidar o setor das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) por meio de um modelo de “classe mundial” que fortaleça os ativos de

⁵ Por meio de investimentos diretos em P&D, formação de competências internas, apoio à gestão empresarial em estratégias de inovação e acesso facilitado às tecnologias industriais essenciais, visando o incremento da competitividade em relação ao mercado internacional.

⁶ Os projetos e investimentos em desenvolvimento tecnológico e inovação têm um componente fundamental de risco. As empresas inovadoras de base tecnológica, especialmente as PMEs, são agentes importantes no processo de inovação e devem ser apoiadas com instrumentos adequados de crédito. Na região Sul a presença deste segmento social é relevante, e sua estreita atuação em parceria com as IESP tem trazido resultados crescentes em termos econômicos, seja de renda ou de emprego de profissionais qualificados. Neste contexto, o aporte de capital privado dos investidores de risco é uma das alavancas principais para projetos de abrangência nacional, como o Inovar coordenado pela Finep, e constitui-se em importante mecanismo para a organização deste mercado, aproximando demanda e oferta tecnológica e atraindo recursos privados e competência gerencial, essenciais para o sucesso dos novos empreendedores.

inovação tecnológica. A meta é elevar regiões produtoras de TICs à categoria “classe mundial”, por meio de uma ação coordenada das comunidades acadêmica, governamental e empresarial visando uma participação efetiva na economia global. A estratégia consiste em fortalecer ativos de inovação tecnológica, mais precisamente, mecanismos de inovação, empreendedurismo, qualidade, aprendizado, comercialização, colaboração técnica e acesso a capital. Alguns exemplos de ações são: criar e desenvolver plataformas tecnológicas que permitam P&D de novas soluções em TIC, bem como intermediar atividades empresariais junto ao governo e a academia; incentivar as iniciativas empresariais com elevado potencial de comercialização de produtos e serviços; implantar currículos especiais nas escolas para geração e comercialização de produtos e serviços inovadores; alcançar padrões internacionais de qualidade e produtividade; atrair empresas de “classe mundial” para instalação de unidades de produção e desenvolvimento no País; criar canais de acesso a capital para empresas com elevado potencial de desenvolvimento; melhorar cadeias de produção essenciais à economia do Estado pela introdução de TICs.

17. Desenvolver e disseminar tecnologias de aproveitamento de materiais atualmente “descartados”, sejam eles associados a lixos urbanos, industriais ou a resíduos tecnológicos. O tópico apresenta grandes oportunidades e vulnerabilidades no contexto da CT&I, e é importante tanto para evitar a degradação ambiental como para a geração de riquezas.

18. Rever o arcabouço legal⁷ para permitir a revitalização dos mecanismos fiscais que apóiam a inovação nas empresas⁸, e facilitar a mobilidade e a flexibilização do trabalho de criação científica, oportunizando mecanismos de compartilhamento Estado/Sociedade do risco associado à P&D. Em particular, reformular a Lei 8661/93, regulamentar os Fundos Setoriais de forma a privilegiar projetos que, efetivamente, garantam a transformação de conhecimento em desenvolvimento sustentado em parceria com estados e municípios.

19. Estabelecer regras institucionais de proteção à propriedade intelectual⁹ e incentivo a sua obtenção no âmbito das instituições de ensino superior e pesquisa.

⁷ Promover um diagnóstico dos entraves burocráticos existentes no planejamento, aprovação, implementação e avaliação de projetos/atividades na área de CT&I, definindo medidas concretas em termos de legislação e normatização, que garantam maior eficiência e eficácia de funcionamento de todo o sistema.

⁸ Os mecanismos fiscais atuais de incentivo à P&D privada são claramente insuficientes. Propõe-se a reformulação da Lei 8661/93.

⁹ As novas legislações sobre PI, consubstanciadas na Lei de Propriedade Industrial 9279/96 e outras congêneres (Lei de Proteção de Cultivares, Proteção do Software, Lei de Direitos Autorais) e, principalmente, o Dec. 2553/98, que regulamenta o compartilhamento dos ganhos econômicos sobre os resultados de pesquisa, instituindo como prêmio o limite de 1/3 para os pesquisadores, requer o estabelecimento de regras institucionais de proteção à propriedade intelectual no âmbito das instituições de ensino superior e pesquisa.

REUNIÕES REGIONAIS PREPARATÓRIAS

*Comitês Organizadores
nos Estados*

COMITÊ ORGANIZADOR DA REUNIÃO REGIONAL CENTRO-OESTE

Coordenador local

Nome	Representação
Sérgio Duarte de Castro	Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia (Sectec-GO)

Comitê Regional

Nome	Representação
Gilvane Felipe	Fórum Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de C&T
Marília de Barros Santos	Fórum Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de C&T
Fábio Edir dos Santos Costa	Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras (Foprop)
Ana Maria Fernandes	Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras (Foprop)
Alzerina Barreia	Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti)
Roberto Cardoso de Oliveira	Academia Brasileira de Ciências (ABC)
Juarez Rubens Brandão Lopes	Academia Brasileira de Ciências (ABC)
Maurício Antônio Lopes	Comitê de Programa da Conferência Nacional
Guilherme Brandão	MCT / Comitê Executivo do Projeto DECTI
Glória Beatriz Gama	MCT / Assessoria das Ações de Regionalização
João Teodoro Pádua	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)
Deputado Ricardo de Freitas	Representação Parlamentar
Deputada Maria Abadia	Representação Parlamentar

COMITÊ ORGANIZADOR DA REUNIÃO REGIONAL NORDESTE

Coordenador local

Nome	Representação
Enaldo Fonseca Sarmiento	Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Alagoas (Sectes-AL)

Comitê Regional

Nome	Representação
Williams Soares Batista	Fórum Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de C&T
Francisco Ariosto Holanda	Forum Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de C&T
Maria José Lima da Silva	Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras (Foprop)
Cíntia Ávila de Carvalho	Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras (Foprop)
Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque	Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti)
Maria Elisabete Ferreira	Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti)
Cid Bartolomeu de Araújo	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)
Manoel Barral Netto	Comitê de Programa da Conferência Nacional
João Lucas Barbosa	Comitê de Programa da Conferência Nacional
Leonor Câmara	MCT / Comitê Executivo do Projeto DECTI
José Antônio Buffon	MCT / Assessoria de Regionalização das Ações de C&T
Lindenberg Lima Gonçalves	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)
Senador Ricardo Santos	Representação Parlamentar

COMITÊ ORGANIZADOR DA REUNIÃO REGIONAL NORTE

Coordenador local

Nome	Representação
Cláudio Cavalcanti Ribeiro	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Pará (Sectam)

Comitê Regional

Nome	Representação
Cláudio Cavalcanti Ribeiro	Fórum Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de C&T
Manoel Cabral de Castro	Fórum Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de C&T
Alberto Arruda Cardoso	Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras (Foprop)
Alceu Castello Branco	Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti)
Roberto Dall'Agnol	Academia Brasileira de Ciências (ABC)
José Márcio Ayres Correia	Comitê de Programa da Conferência Nacional
Betty Abramowicz	MCT / Comitê Executivo do Projeto DECTI
Donald Sawyer	MCT / Assessoria de Regionalização das Ações de C&T
Peter Mann de Toledo	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)
Senadora Marina Silva	Representação Parlamentar
Deputada Vanessa Graziotin	Representação Parlamentar
Deputado Arthur Virgílio	Representação Parlamentar

COMITÊ ORGANIZADOR DA REUNIÃO REGIONAL SUDESTE
(RIO - MINAS)

Coordenadores locais

Nome	Representação
Pedricto Rocha Filho	Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro (SECT-RJ)
Marcílio César de Andrade	Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais (SECT-MG)

Comitê Regional

Nome	Representação
Wanderley de Souza	Fórum Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de C&T
José Ricardo Bergmann	Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras (Foprop)
Jésus de Alvarenga Bastos	Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras (Foprop)
Hulda Oliveira Giesbrecht	Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti)
Elisa Maria da Conceição Pereira Reis	Academia Brasileira de Ciências (ABC)
Francisco César de Sá Barreto	Academia Brasileira de Ciências (ABC)
Maria José Gazzi Salum	Comitê de Programa da Conferência Nacional
Maria Aparecida Stallivieri Neves	MCT / Assessoria de Regionalização das Ações de C&T
Andréa Mara Macedo	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)
Deputado Jorge Bittar	Representação Parlamentar
Deputado Márcio Fortes	Representação Parlamentar
Senador Roberto Saturnino	Representação Parlamentar

COMITÊ ORGANIZADOR DA REUNIÃO REGIONAL SUDESTE
(SÃO PAULO)

Coordenador local

Nome	Representação
Carlos Henrique de Brito Cruz	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp)

Comitê Regional

Nome	Representação
Ruy Martins Altenfelder Silva (Paulo Zeno Fontana)	Fórum Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de C&T
Carlos Henrique de Brito Cruz	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp)
Ursula Karsch	Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras (Foprop)
Pedro Galeti	Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras (Foprop)
Maria Angélica Rodrigues Quemel	Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti)
Eduardo Moacyr Krieger	Academia Brasileira de Ciências (ABC)
Paulo Arruda	Comitê de Programa da Conferência Nacional
Lúcia Melo	MCT / Comitê Executivo do Projeto DECTI
Cylon Gonçalves da Silva	MCT / Comitê Executivo do Projeto DECTI
José Seixas Lourenço	MCT / Assessoria de Regionalização das Ações de C&T
Carlos Vogt	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)
Deputada Luiza Erundina	Representação Parlamentar
Deputado Hélio	Representação Parlamentar
Deputado Júlio Semeghini	Representação Parlamentar

COMITÊ ORGANIZADOR DA REUNIÃO REGIONAL SUL

Coordenador local:

Nome	Representação
Paulo de Tarso Mendes Luna	Fundação de Ciência e Tecnologia (Funcitec/SC)

Comitê Regional

Nome	Representação
Honorato Antônio Tomelin	Fórum Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de C&T
Waldemiro Gremski	Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras (Foprop)
Ney Luis Pippi	Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras (Foprop)
Álvaro Prata	Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras (Foprop)
Hulda Oliveira Giesbrecht	Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti)
Marta Pinheiro	Academia Brasileira de Ciências (ABC)
João Herz da Jornada	Comitê de Programa da Conferência Nacional
Reinaldo Ferraz	MCT / Comitê Executivo do Projeto DECTI
Gilberto Benetti	MCT / Assessoria de Regionalização das Ações de C&T
Sílvio Coelho dos Santos	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)
Deputada Yeda Crusius	Representação Parlamentar
Deputado Renato Viana	Representação Parlamentar

